



Prefeitura de Itapoá
Secretaria de Administração
Gerência de Compras, Licitações,
Contratos e Almoxarifado.

EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO Nº 60/2023
REGISTRO DE PREÇO Nº 39/2023
PROCESSO Nº 92/2023

O Município de Itapoá/SC, no uso de suas atribuições legais, TORNA PÚBLICO que realizará licitação na modalidade **PREGÃO ELETRÔNICO**, do tipo **Menor Preço Por Lote**, que será redigida pela Lei Federal nº 10.520, de 17 de julho de 2002, Decreto nº 10.024, de 20 de setembro de 2019, aplicando-se subsidiariamente, no que couber, a Lei Federal nº 8.666 de 21 de junho de 1993, Lei Complementar nº 123/06, Lei Complementar nº 147/2014 e Leis Municipais, consoante condições e especificações estabelecidas no presente Edital, e para conhecimento dos interessados, que até às **08h00** do dia **30 de agosto de 2023**, receberá as propostas dos interessados, exclusivamente por meio eletrônico, e que às **08h30**, uma de suas pregoeiras, realizará a sessão pública para a **Contratação de empresa especializada para confecção e fornecimento dos uniformes, conforme Termo de Referência, para os alunos da Rede Municipal de Ensino de Itapoá/SC**. O Edital poderá ser retirado através do site www.itapoa.sc.gov.br no link "pregão", no site www.portaldecompraspublicas.com.br, ou extrato no site www.diariomunicipal.sc.gov.br.

Itapoá, 17 de agosto de 2023.

JEFERSON RUBENS GARCIA
PREFEITO MUNICIPAL DE ITAPOÁ/SC

SANDRA REGINA FERNANDES DA SILVA
SECRETÁRIA DE EDUCAÇÃO

EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO Nº 60/2023
REGISTRO DE PREÇO Nº 39/2023
PROCESSO Nº 92/2023

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 60/2023 – REGISTRO DE PREÇO Nº 39/2023 - PROCESSO Nº 92/2023 – OBJETO: Contratação de empresa especializada para confeccção e fornecimento dos uniformes, conforme Termo de Referência, para os alunos da Rede Municipal de Ensino de Itapoá/SC.

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 92/2023

PREÂMBULO

Modalidade: PREGÃO ELETRÔNICO

Tipo: MENOR PREÇO POR LOTE

Data Abertura: 30/08/2023.

Horas: 08h30

Local: PORTAL DE COMPRAS PÚBLICAS - www.portaldecompraspublicas.com.br

O Município de Itapoá, CNPJ nº 81.140.303/0001-01, através da Secretaria de Administração, por intermédio de uma de suas pregoeiras designadas pelo Decreto nº 5696 de 13 de janeiro de 2023, especificamente para conduzir o julgamento da sessão pública, e pelo Prefeito Municipal de Itapoá/SC, o Sr. **JEFERSON RUBENS GARCIA**, responsável pelo edital na qualidade autoridade superior conforme Decreto Municipal nº 5.691/2023, torna público para conhecimento dos interessados que realizará licitação, na modalidade **PREGÃO ELETRÔNICO**, tipo **MENOR PREÇO POR LOTE**, destinada ao recebimento de propostas para a **Contratação de empresa especializada para confeccção e fornecimento dos uniformes, conforme Termo de Referência, para os alunos da Rede Municipal de Ensino de Itapoá/SC**, em conformidade com o Decreto Federal nº 10.024 de 20 de setembro de 2019, a Lei nº 10.520/2002, com aplicação subsidiária da Lei nº 8.666/1993, que regulamentam o art. 37, inc. XXXI da Constituição Federal de 1988.

1. DO OBJETO E DATA DA SESSÃO PÚBLICA

1.1. Contratação de empresa especializada para confeccção e fornecimento dos uniformes, conforme Termo de Referência, para os alunos da Rede Municipal de Ensino de Itapoá/SC. Informações sobre especificações do objeto e regras do edital deverão ser enviadas exclusivamente por meio eletrônico, em campo próprio do Sistema Portal de Compras Públicas no endereço eletrônico www.portaldecompraspublicas.com.br, **não serão fornecidas informações via telefone.**

1.2. É de responsabilidade da licitante interessada o acompanhamento do processo pelo site: www.itapoa.sc.gov.br, www.portaldecompraspublicas.com.br e www.diariomunicipal.sc.gov.br, até a data de divulgação do resultado do pregão, não se aceitando desconhecimento de publicações pertinentes.

1.3. Todas as referências de tempo no Edital, no Aviso e durante a Sessão Pública observarão obrigatoriamente o horário de Brasília - DF e, dessa forma, serão registradas no sistema eletrônico e na documentação relativa ao certame, e **ocorrerão nas seguintes datas e horários:**

1.3.1. Envio das Propostas e Habilitação das 08h00 do dia 18/08/2023 até às 08h00 do dia 30/08/2023.

1.3.2. Abertura da Sessão às 08h30 do dia 30/08/2023.

1.3.3. Local: www.portaldecompraspublicas.com.br.

1.3.4. Modo de disputa: Aberto e Fechado, nos termos do art. 31, inciso II e art. 33 do Decreto Federal nº 10.024/2019.

1.3.4.1. Aberto e Fechado - Os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com lance final e fechado, conforme o critério de julgamento adotado no edital.

1.3.4.2. No modo de disputa aberto e fechado, a etapa de envio de lances da sessão pública terá duração de **quinze minutos**.

1.3.4.3. Encerrado o prazo previsto no subitem 1.3.4.2, o sistema encaminhará o aviso de fechamento iminente dos lances e, transcorrido o período de **até dez minutos, aleatoriamente determinado**, a recepção de lances será automaticamente encerrada.

1.3.4.4. Encerrado o prazo de que trata o subitem 1.3.4.3, o sistema abrirá a oportunidade para que o autor da oferta de valor mais baixo e os autores das ofertas com valores até dez por cento superiores àquela possam ofertar um lance final e fechado em **até cinco minutos**, que será sigiloso até o encerramento deste prazo.

1.3.4.5. Na ausência de, no mínimo, três ofertas nas condições de que trata o subitem 1.3.4.4, os autores dos melhores lances subsequentes, na ordem de classificação, até o máximo de três, poderão oferecer um lance final e fechado em até cinco minutos, que será sigiloso até o encerramento do prazo.

1.3.4.6. Encerrados os prazos estabelecidos nos subitens 1.3.4.4 e 1.3.4.5, o sistema ordenará os lances em ordem crescente de vantajosidade.

1.3.4.7. Na ausência de lance final e fechado classificado nos termos dos subitens 1.3.4.4 e 1.3.4.5, haverá o reinício da etapa fechada para que os demais licitantes, até o máximo de três, na ordem de classificação, possam ofertar um lance final

e fechado em até cinco minutos, que será sigiloso até o encerramento deste prazo, observado, após esta etapa, o disposto no subitem 1.3.4.6.

1.3.4.8. Na hipótese de não haver licitante classificado na etapa de lance fechado que atenda às exigências para habilitação, o pregoeiro poderá, auxiliado pela equipe de apoio, mediante justificativa, admitir o reinício da etapa fechada, nos termos do disposto no subitem 1.3.4.7.

1.4. O Edital poderá ser retirado através do site www.itapoa.sc.gov.br, link "pregão", no site www.portaldecompraspublicas.com.br, e o extrato do edital na imprensa Oficial do Município site.

2. DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

2.1. O valor estimado desta licitação é de **R\$ 3.174.648,62 (três milhões cento e setenta e quatro mil, seiscentos e quarenta e oito reais e sessenta e dois centavos).**

2.2. As despesas decorrentes da presente licitação correrão por conta das dotações orçamentárias:

Descrição	Cód.	Órgão	Unid	Função	Subfunção	Programa	Proj/Ativ.	FR	Subelemento
Educação	580	13	001	12	361	21	2095	3299	1500100010100
Educação	618	13	002	12	365	21	2098	3299	150010010200
Educação	619	13	002	12	365	21	2098	3299	150010010500

3. DA IMPUGNAÇÃO DO EDITAL E DOS PEDIDOS DE ESCLARECIMENTOS

3.1. Qualquer pessoa poderá, até 3 (três) dias úteis anteriores à data fixada para abertura da sessão pública, impugnar os termos do Edital do Pregão.

3.2. A impugnação deverá ser enviada exclusivamente por meio eletrônico, em campo próprio do Sistema Portal de Compras Públicas no endereço eletrônico www.portaldecompraspublicas.com.br.

3.3. Caberá a autoridade superior, auxiliado pelo setor técnico competente, decidir sobre a impugnação.

3.4. Acolhida à petição será cancelado o processo licitatório, com publicação de novo Edital com as correções necessárias, reiniciando o prazo legal, ou publicado "errata" ao Edital com as adequações desde que o erro não afete a formulação das propostas.

3.5. Os pedidos de esclarecimentos referentes a este processo licitatório deverão ser enviados ao Pregoeiro, até 03 (três) dias úteis anteriores à data designada para abertura da sessão pública, exclusivamente por meio eletrônico, em campo próprio do Sistema Portal de Compras Públicas no endereço eletrônico www.portaldecompraspublicas.com.br.

3.6. As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.

3.7. A participação no certame, sem que tenha sido tempestivamente impugnado o presente Edital, implica na aceitação por parte dos interessados das condições nele estabelecidas.

3.8. As respostas às impugnações e aos esclarecimentos solicitados, bem como outros avisos de ordem geral, serão cadastradas no sítio www.portaldecompraspublicas.com.br, sendo de responsabilidade dos licitantes, seu acompanhamento.

3.9. Não serão conhecidas as impugnações apresentadas após o respectivo prazo legal ou, no caso de empresas, que estejam inscritas por representante não habilitado legalmente ou não identificado no processo para responder pela proponente.

3.10. A petição de impugnação apresentada por empresa deve ser firmada por sócio, pessoa designada para a administração da sociedade empresária, ou procurador, e vir acompanhada, conforme o caso, de estatuto ou contrato social e suas posteriores alterações, se houver, do ato de designação do administrador, ou de procuração pública ou particular (instrumento de mandato com poderes para impugnar o Edital).

4. DAS CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO

4.1. A participação no certame se dará por meio da digitação da senha pessoal e intransferível do representante credenciado, e subsequente encaminhamento da proposta de preços, exclusivamente, por meio do sistema eletrônico através do site www.portaldecompraspublicas.com.br, observando a data e o horário limite estabelecido no **item 1** deste Edital.

4.2. Poderão participar deste Pregão Eletrônico as empresas:

4.2.1. Com ramo de atividade pertinente ao objeto da presente licitação;

4.2.2. Que satisfaçam as condições estabelecidas neste Edital e seus anexos;

4.2.3. Especificamente enquadradas nos termos da Lei Complementar nº 123/2006.

4.2.4. Devidamente cadastradas junto ao Órgão Provedor do Sistema, através do site <http://www.portaldecompraspublicas.com.br/>.

4.3. A participação implica, na aceitação integral dos termos deste Edital e seus Anexos e leis aplicáveis.

4.4. As licitantes arcarão com todos os custos decorrentes da elaboração e apresentação de suas propostas, não incorrendo a Prefeitura Municipal de Itapoá em nenhum ônus, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.

4.5. Para participação no Pregão, o proponente deverá assinalar em campo próprio do sistema eletrônico, relativo às seguintes declarações, sob pena de inabilitação/desclassificação: Declaração de Veracidade, Declaração de Não Emprego de Menores, Declaração de Inexistência de Impeditivos, Declaração de Conhecimento do Edital, Declaração de que os documentos apresentados conferem com o original.

4.6. Caberá ao proponente acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública do Pregão, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo sistema ou de sua desconexão.

4.7. É vedada a participação nesta licitação:

4.7.1. Direta ou indiretamente de servidor ou dirigente de órgão ou entidade contratante ou responsável pela licitação.

4.7.1.1. Considera-se participação indireta, para fins do disposto neste artigo, a existência de qualquer vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira ou trabalhista entre o autor do projeto, pessoa física ou jurídica, e o licitante ou responsável pelos serviços, fornecimentos e obras, incluindo-se os fornecimentos de bens e serviços a estes necessários.

4.7.1.2. O disposto no item anterior aplica-se aos membros da comissão de licitação.

4.7.2. Suspensa ou impedida de licitar com a Administração;

4.7.3. Aquelas declaradas inidôneas para licitar com a Administração Pública;

4.7.4. Que não explorem ramo de atividade compatível com o objeto desta licitação;

4.7.5. Empresas que se encontrem sob falência, concordata, recuperação judicial ou extrajudicial, concurso de credores, dissolução ou liquidação;

4.7.6. Estrangeiras que não funcionem no país;

4.8. O descumprimento de qualquer condição de participação será motivo para a inabilitação do licitante

4.9. A vedação que trata o subitem 4.7.2, será analisada pelo Pregoeiro à inteligência dos Acórdãos nº 2962/2015 - TCU Plenário, nº 2530/2015 - TCU Plenário, nº 819/2017 - TCU Plenário, nº 266/2019 - TCU Plenário, nº 269/2019 - TCU Plenário.

4.10. Nos termos do art. 47, e art. 48, da Lei Complementar nº 123/2006, ficam os itens/lotes enquadrados no limite estabelecido no inciso I, do art. 48 da respectiva lei, condicionados exclusivamente à participação de Micro Empresas (ME) e Empresas de Pequeno Porte (EPP).

5. DO CREDENCIAMENTO

5.1. Para acesso ao sistema eletrônico, os interessados em participar do Pregão deverão se credenciar no sistema "PREGÃO ELETRÔNICO" através do site <http://www.portaldecompraspublicas.com.br/>.

5.1.1. O credenciamento dar-se-á pela atribuição de chave de identificação e de senha, pessoal e intransferível, para acesso ao sistema eletrônico.

5.1.2. O credenciamento do licitante, junto ao provedor do sistema implicará a responsabilidade legal do licitante ou seu representante legal e a presunção de sua capacidade técnica para realização das transações inerentes ao pregão eletrônico.

5.2. O uso da senha de acesso ao sistema eletrônico é de inteira e exclusiva responsabilidade do licitante, incluindo qualquer transação efetuada diretamente ou por seu representante, não cabendo ao provedor do sistema ou ao promotor da licitação, responsabilidade por eventuais danos decorrentes de uso indevido da senha, ainda que por terceiros.

5.3. Nenhuma pessoa, ainda que munida de procuração, poderá representar mais de uma empresa no(s) mesmo(s) item(ns)/lote(s) deste processo, sob pena de exclusão sumária de ambos os proponentes representados

6. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO NO SISTEMA ELETRÔNICO

6.1. Os proponentes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, os documentos de habilitação exigidos no edital e realizarão o preenchimento da proposta com a descrição do objeto ofertado e o preço, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública.

6.2. O preenchimento da proposta, acompanhada dos documentos de habilitação exigidos neste Edital, ocorrerá por meio de chave de acesso e senha.

6.3. Incumbirá ao proponente acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública do Pregão, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios, diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo sistema ou de sua desconexão.

6.4. Até a abertura da sessão pública, os proponentes poderão retirar ou substituir a proposta e os documentos de habilitação anteriormente inseridos no sistema.

6.5. Os documentos que compõem a proposta e a habilitação do proponente melhor classificado somente serão disponibilizados para avaliação do pregoeiro e para acesso público após o encerramento do envio de lances.

7. DA PROPOSTA

7.1. O encaminhamento de proposta para o sistema eletrônico pressupõe o pleno conhecimento e atendimento às exigências de habilitação e execução do contrato previstas no Edital. O Licitante será responsável por todas as transações que forem efetuadas em seu nome no sistema eletrônico, assumindo como firmes e verdadeiras suas propostas, lances e aceitação das regras de cumprimento de suas obrigações.

7.2. O proponente deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos seguintes campos:

7.2.1. Descrição detalhada do objeto, no que for aplicável;

7.2.2. Valor unitário e total do item.

7.3. É vedada a cotação parcial de itens ou de quantidade inferior à demandada nesta licitação.

7.4. Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam a proponente.

7.5. Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na execução do serviço.

7.6. Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do proponente, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

7.6.1. Quanto ao valor da proposta postada eletronicamente, todas entrarão na disputa de lance, porém somente será classificado o valor da proposta que estiver dentro do valor estimado/máximo.

7.7. Fica vedada a identificação da Empresa em qualquer campo da proposta *online*, tal como abreviações (relacionadas a empresas), telefones e etc, o descumprimento do mesmo acarretará na desclassificação prévia da Empresa.

7.8. Qualquer elemento que possa identificar a licitante importa desclassificação da proposta, sem prejuízo das sanções previstas nesse Edital.

7.9. O proponente, ao enviar sua proposta, deverá assinalar em campo próprio do sistema eletrônico, relativo às seguintes declarações *online*, sob pena de inabilitação/desclassificação: Declaração de Veracidade, Declaração de Não Emprego de Menores, Declaração de Inexistência de Impeditivos, Declaração de Conhecimento do Edital.

7.9.1. Declarações falsas, relativas ao cumprimento dos requisitos de habilitação e proposta, sujeitarão a licitante às sanções previstas no **item 17** deste Edital.

7.10. O menor preço **POR LOTE** será considerado para a fase de lances.

7.11. As propostas deverão atender integralmente o Termo de Referência deste Edital.

7.12. Serão considerados, para fins de julgamento, os valores constantes nos preços ofertados até, no máximo, duas casas decimais após a vírgula.

7.13. Após a fase de lances, a proposta atualizada deverá ser enviada no prazo mínimo de 02 (duas) horas após a convocação do pregoeiro, em formato PDF exclusivamente via sistema, sob pena de DESCLASSIFICAÇÃO.

7.14. A proposta de preços em formato PDF deverá ser enviada exclusivamente via sistema eletrônico, redigida em idioma nacional, sem cotações alternativas, emendas, rasuras ou entrelinhas, devendo ser datada e assinada pelo representante legal do proponente devidamente identificado, contendo identificação do proponente, de acordo com o modelo constante do Anexo I deste Edital e deverá conter, sob pena de desclassificação:

7.14.1. A identificação/descrição do objeto ofertado, de forma a permitir que o Pregoeiro possa facilmente constatar que as especificações no presente Pregão foram ou não atendidas, observadas as especificações constantes nos Anexos do presente Edital;

7.14.2. O preço unitário e preço total cotados em reais, com no **máximo 04 (quatro) algarismos decimais após a vírgula;**

7.14.3. O valor total de cada item indicado na proposta deverá ser o produto da multiplicação do preço unitário pela respectiva quantidade.

7.14.4. O prazo de validade da proposta, que não poderá ser inferior a 60 (sessenta) dias, contados da data limite para apresentação da proposta, após convocação do Pregoeiro.

7.15. Havendo divergência entre o valor unitário e total, prevalecerá o valor unitário.

7.16. Não serão aceitas propostas sem a assinatura do representante legal e/ou do responsável técnico do proponente devidamente identificado.

7.17. Serão desconsideradas as propostas que apresentarem alternativas de preços ou qualquer outra condição não prevista neste Edital.

7.18. Se a adjudicação não puder ocorrer dentro do período de validade da proposta, ou seja, 60 (sessenta) dias, e caso persista o interesse do Município, este poderá solicitar a prorrogação da validade da proposta por igual prazo.

8. DA ABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA E DA FORMULAÇÃO DOS LANCES

8.1. No dia e hora indicados no preâmbulo deste Edital, o Pregoeiro abrirá a sessão pública, com a divulgação das propostas de preço recebidas, as quais devem estar em perfeita consonância com este Edital.

8.2. Incumbirá aos Licitantes o acompanhamento das operações no sistema eletrônico durante a sessão pública do Pregão e a responsabilidade pelos ônus decorrentes da perda de negócios pela inobservância das mensagens emitidas pelo sistema ou em razão de desconexão.

8.3. Os Licitantes deverão manter a impessoalidade, não se identificando, sob pena de serem excluídos do certame pelo Pregoeiro.

8.4. O modo de disputa se dará na forma prevista no subitem 1.3.4 do edital.

8.5. A partir do horário previsto no sistema, terá início a sessão pública do Pregão Eletrônico, com a divulgação das propostas de preços recebidas, passando o Pregoeiro a avaliar a aceitabilidade das propostas.

8.6. Serão consideradas aceitáveis as propostas que:

8.6.1. Atendam a todos os termos deste Edital;

8.6.2. Contenham preço compatível com os praticados no mercado.

8.7. Aberta a etapa competitiva, os representantes dos proponentes deverão estar conectados ao sistema para participar da sessão de lances, que ocorrerá exclusivamente por meio do sistema eletrônico.

8.7.1. Só serão aceitos lances cujos valores forem inferiores ao último lance que tenha sido anteriormente registrado no sistema.

8.7.2. Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.

8.7.3. Não serão admitidos lances que contiverem qualquer elemento que possibilite a identificação do proponente.

- 8.8.** Durante o transcurso da sessão pública, os participantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado. O sistema não divulgará o autor dos lances aos demais participantes.
- 8.9.** Durante a sessão pública, a comunicação entre o Pregoeiro e as licitantes ocorrerá exclusivamente mediante troca de mensagens, em campo próprio do sistema eletrônico.
- 8.10.** Fica a critério do pregoeiro (a) a autorização da correção de lances com valores digitados errados ou situação semelhante.
- 8.11.** Após o encerramento da etapa de lances, o sistema identificará a existência da situação de empate prevista no art. 44 da Lei Complementar nº 123/06. Nesse caso, o pregoeiro convocará a Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte que se encontra em situação de empate informando que a mesma deverá, em 5 minutos, ofertar novo lance, inferior ao menor lance registrado. Durante o período, apenas a empresa convocada poderá registrar o novo lance como arrematante.
- 8.11.1.** Não passando para a condição de arrematante a Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte mais bem classificada, na forma do item anterior, serão convocadas as remanescentes que porventura se enquadrem nessas categorias e cujas propostas estejam dentro do limite estabelecido no art. 44 da Lei Complementar nº 123/06, na ordem classificatória, para o exercício do mesmo direito.
- 8.11.2.** Entende-se por empate aquelas situações em que as propostas apresentadas pelas Microempresas e Empresas de Pequeno Porte sejam iguais ou até 5% (cinco por cento) superiores à proposta mais bem classificada.
- 8.11.3.** O disposto no subitem 8.8 somente se aplicará quando a melhor oferta inicial não tiver sido apresentada por Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte
- 8.12.** Havendo desconexão entre o Pregoeiro e os demais licitantes por tempo superior a dez minutos, a sessão pública será suspensa e terá reinício somente após comunicação expressa aos participantes.
- 8.13.** Quando houver desconexão com o Pregoeiro no decorrer da etapa de lances, e, o sistema permanecer acessível aos Licitantes para recepção dos lances quando possível à retomada do certame pelo Pregoeiro os atos até então praticados serão considerados válidos.
- 8.14.** O Pregoeiro poderá suspender cancelar ou reabrir a sessão pública a qualquer momento.

9. DA NEGOCIAÇÃO DIRETA

- 9.1.** Encerrada a etapa de lances e depois da verificação de possível empate, o Pregoeiro encaminhará contraproposta à licitante que tenha apresentado o lance mais vantajoso, observado o critério de julgamento e o valor estimado para a contratação, para que seja obtida melhor proposta.
- 9.2.** A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelas demais licitantes.

10. DO JULGAMENTO DAS PROPOSTAS E HABILITAÇÃO

- 10.1.** Encerrada a etapa de negociação, o Pregoeiro examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto ao preço, a sua exequibilidade, bem como quanto ao cumprimento das especificações do objeto.
- 10.2.** O Pregoeiro convocará o licitante para enviar, digitalmente, a proposta atualizada em conformidade com o último lance ofertado num prazo mínimo de 02 (duas) horas, por meio de campo próprio do Sistema, sob pena de desclassificação.
- 10.3.** A Pregoeira efetuará o julgamento das propostas pelo critério de **MENOR PREÇO POR LOTE**.
- 10.4.** A licitação será processada e julgada em consonância com a legislação constante no preâmbulo deste Edital e com os procedimentos previstos na Lei Complementar nº 123/06 e alterações posteriores, Decreto Federal nº 8.538/15 e Decreto Federal nº 10.024 de 20 de setembro de 2019 que regulamenta a licitação na modalidade pregão na forma eletrônica.
- 10.5.** Após encerrada a etapa competitiva, e verificada a ausência da proposta de preços e dos documentos de habilitação, conforme o **subitem 6.1**, será considerado como desistência do lance ofertado, sujeitando-se o proponente desistente às penalidades constantes no **item 17** do Edital.
- 10.6.** Se a proposta não atender às especificações técnicas, e às condições mínimas de habilitação, o Pregoeiro examinará a proposta subsequente, verificando a sua aceitabilidade e procedendo à sua habilitação, na ordem de classificação, e assim sucessivamente, até a apuração de uma proposta que atenda ao Edital sendo o respectivo proponente declarado vencedor.
- 10.7. O representante legal do proponente que subscrever os documentos apresentados deve estar devidamente identificado no processo, apresentando documento de identificação com foto e contendo os números de CPF e RG.**
- 10.7.1. Nenhuma pessoa, ainda que munida de procuração, poderá representar mais de uma empresa no(s) mesmo(s) item(ns)/lote(s) deste processo, sob pena de exclusão sumária de ambos os proponentes representados.**
- 10.8.** Serão desclassificadas as propostas:
- a) que não atenderem às especificações do objeto desta licitação;
 - b) que forem omissas ou se apresentarem incompletas ou não informarem as características do bem cotado, impedindo sua identificação com o item licitado;
 - c) que conflitem com a legislação em vigor;
 - d) que deixarem de atender aos requisitos estabelecidos no item proposta de preços deste Edital;
 - e) com valores unitários ou globais superiores ao limite estabelecido ou com preços manifestamente inexequíveis, assim considerados aqueles que não venham a ter demonstrado sua viabilidade através de documentação que comprove que os custos dos insumos são coerentes com os de mercado e que os coeficientes de produtividade são compatíveis com a execução do objeto do contrato.
- 10.9.** Havendo divergência entre o valor unitário e total, prevalecerá o valor unitário.

10.10. Serão desconsideradas as propostas que apresentarem alternativas de preços ou qualquer outra condição não prevista neste Edital.

10.11. Se o proponente vencedor, convocado dentro do prazo de validade da sua proposta, não apresentar situação regular, estará sujeito às penalidades previstas no item 17 deste Edital. Neste caso, a Pregoeira examinará as ofertas subsequentes, e a habilitação dos proponentes, observada a ordem de classificação, até a apuração de uma que atenda ao Edital, sendo o respectivo proponente convocado para negociar redução do preço ofertado.

10.12. Decorrido o prazo de validade das propostas, sem convocação para a contratação, ficam os proponentes liberados dos compromissos assumidos.

10.13. No julgamento das propostas e na fase de habilitação o Pregoeiro poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas e dos documentos e a sua validade jurídica, mediante despacho fundamentado, registrado em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes validade e eficácia para fins de classificação e habilitação.

10.14. Se houver indícios de inexecuibilidade da proposta de preços, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, serão realizadas diligências para comprovação da exequibilidade.

11. DA HABILITAÇÃO

11.1. Os documentos de habilitação deverão ser enviados **exclusivamente via sistema eletrônico**, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública, nos termos do disposto no art. 26 do Decreto Federal nº 10.024/2019, e de forma legível, no sentido de que ofereçam condições de análise por parte do Pregoeiro.

11.2. O proponente deverá apresentar declaração de que os documentos apresentados de origem não eletrônica conferem com os seus respectivos originais, conforme modelo sugerido no Anexo VI deste Edital. Em caso de declaração falsa, o proponente ficará sujeito às sanções administrativas, civis e penais aplicáveis, nos termos do que dispõe o art. 3º, § 2º da Lei Federal nº 13.726/2018.

11.3.1. Documentação relativa à Habilitação Jurídica:

11.3.1.1. Documento de identificação, com foto, do responsável pelas assinaturas da proposta comercial, das declarações constantes neste edital e do contrato social; se for o caso, apresentar procuração conferindo poderes ao responsável pela empresa para praticar atos junto à Administração Pública.

11.3.1.2. Pela empresa comercial o contrato social vigente, com todas as alterações anteriores, ou a consolidação se houver;

11.3.1.3. Pela sociedade civil a inscrição do ato constitutivo, acompanhado de prova de diretoria em exercício, devidamente registrado;

11.3.1.4. Pela sociedade anônima a ata da Assembleia Geral que aprovou o estatuto social em vigor e a ata da Assembleia Geral que elegeu seus administradores, comprovadas por meio de publicação legal;

11.3.1.5. As firmas individuais o Registro Comercial ou Declaração de Firma Individual.

11.3.2. Documentação relativa à Regularidade Fiscal:

11.3.2.1. Comprovação de inscrição no CNPJ;

11.3.2.2. Certidão conjunta Negativa de Débitos relativos a Tributos Federais e à Dívida Ativa da União emitida pela Secretaria da Receita Federal;

11.3.2.3. Certidão Negativa da Fazenda Estadual;

11.3.2.4. Certidão Negativa Municipal de Tributos, da sede da empresa licitante;

11.3.2.5. Certidão de Regularidade junto ao Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

11.3.2.6. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT), nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943 (incluído pela Lei nº 12.440, de 2011). OBS: A obtenção da certidão é eletrônica e gratuita, e encontra-se disponível no site www.tst.jus.br e em todos os demais portais da Justiça do Trabalho disponíveis na internet (Conselho Superior da Justiça do Trabalho e Tribunais Regionais do Trabalho);

11.3.3. Documentação relativa à Qualificação Econômico-Financeira:

11.3.3.1. Certidão negativa de falência e concordata expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica, ou certidão negativa de recuperação judicial ou extrajudicial, de acordo com a Lei 11.101/2005.

11.3.4. Documentação Complementar:

11.3.4.1. Declaração de Habilitação, na forma do **Anexo III**.

11.3.4.2. Declaração de Inexistência de Fato Impeditivo, na forma do **Anexo IV**.

11.3.4.3. Declaração identificada e assinada pelo Representante Legal em atendimento ao Inciso V do art.27 da Lei 8.666/93, de que a empresa não possui em seu quadro, menores de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre, nem em qualquer tipo de trabalho, menores de dezesseis anos, salvo na condição de aprendiz, a partir de quatorze anos em cumprimento ao disposto no inciso XXXIII do artigo 7º da Constituição Federal, conforme modelo **Anexo V**;

11.3.4.4. Declaração de enquadramento como microempresa ou empresa de pequeno porte, conforme modelo **Anexo VI**, juntamente com a **Certidão da Junta Comercial** que comprove tal situação.

11.3.4.4.1. As microempresas e empresas de pequeno porte deverão apresentar toda a documentação exigida para efeito de comprovação de regularidade fiscal, mesmo que esta apresente alguma restrição. (Lei Complementar Federal nº 123, de 14 de dezembro de 2006).

11.3.4.4.2. Havendo alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal, é assegurado o prazo de 5 (cinco) dias úteis, cujo termo inicial corresponde ao momento em que o proponente for declarado o vencedor do certame, prorrogáveis por

igual período, a critério da Administração Pública, para a regularização da documentação, pagamento ou parcelamento do débito, e emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeitos de certidão negativa.

11.3.4.4.3. A não regularização da documentação, no prazo previsto no item 8.3.3.4.2 implicará decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas no art. 81 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, sendo facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para a assinatura do contrato, ou revogar a licitação.

11.3.4.5. Declaração de que os documentos apresentados pelo proponente conferem com o original, na forma do Anexo VI.

11.4. Não serão aceitos protocolos de entrega ou solicitação de documento em substituição aos documentos requeridos no presente Edital e seus Anexos.

11.5. Documentos apresentados com a validade expirada acarretarão a inabilitação da licitante, e as certidões/documentos emitidos sem prazo de validade expresse, somente serão aceitas com data de emissão não superior a 60 (sessenta) dias anterior à data de abertura do Pregão.

11.6. O documento extraído via Internet, deverá ser apresentado no original, e será conferido junto ao site correspondente, ficando inabilitada a empresa licitante se comprovado informação incorreta.

11.7. Havendo necessidade de analisar minuciosamente os documentos enviados via correio eletrônico, o Pregoeiro suspenderá a sessão, informando no "chat" a nova data e horário para a continuidade da mesma.

11.8. Se a documentação de habilitação, da licitante vencedora do item, não estiver de acordo com qualquer dispositivo deste Edital e seus Anexos, o Pregoeiro a considerará inabilitada, podendo a mesma ficar impedida de licitar e contratar com a União, Estados, Distrito Federal e Municípios, e poderá ser descredenciado no Sicaf, ou nos sistemas de cadastramento de fornecedores a que se refere o inciso XIV do art. 4º da Lei nº 10.520/02, pelo prazo de até cinco anos, sem prejuízo das multas previstas em edital, no contrato, e das demais cominações legais, considerando que através da Declaração de Habilitação (**Anexo III**) ela declarou estar devidamente habilitada para o certame.

11.8.1. Se a proposta não for aceitável, ou se a licitante não atender às exigências de habilitação, o Pregoeiro, examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a seleção da proposta que melhor atenda a este edital.

11.9. Constatado o atendimento pleno às exigências fixadas neste edital, a licitante será declarada vencedora.

12. DAS AMOSTRAS

12.1. Para este certame serão exigidas **amostras de todos os itens do "Lote 1 – Uniformes"**.

12.2. Será convocado pelo Pregoeiro, o proponente classificado e habilitado para o item para apresentar obrigatoriamente **02 (duas) amostras de cada item**, de acordo com o exigido no Anexo I.

12.3. As amostras deverão ser os próprios produtos a serem comercializados, devendo estar identificadas com o nome da empresa proponente, edital e item a que se refere a amostra.

12.4. As amostras deverão ser entregues no prazo máximo de até **10 (dez) dias corridos** após a solicitação do Pregoeiro, que se dará após a fase de habilitação.

12.5. As amostras deverão ser entregues na **Rua Arno Barth, 84 – Badenfurt- Blumenau – SC 89070-040, na FBET (Fundação Blumenauense de estudos Têxteis), aos cuidados da Sra. Dinara Sdunek Teixeira**, de segunda-feira à sexta-feira, exceto feriados e pontos facultativos.

12.6. As amostras deverão estar acompanhadas de Relação de Amostras apresentadas pela empresa em 02 (duas) vias iguais em papel timbrado da empresa proponente, as quais serão protocoladas no momento da entrega das amostras, das quais 01 (uma) via ficará com as amostras, e será anexada ao processo licitatório de forma eletrônica, e 01 (uma) via ficará com o fornecedor, contendo o nome da empresa proponente, edital, produto, marca, lote e item a que se refere a amostra e estar assinada pelo representante da empresa (conforme modelo constante do Anexo X).

12.7. Será **DECLASSIFICADO** o proponente, caso apresente amostra fora das especificações técnicas previstas nos Anexo I deste Edital, ou que não apresente as amostras no local e horários estabelecidos pelo Pregoeiro, estando sujeito às penalidades previstas.

12.8. As amostras ficarão em poder do SENAI até a homologação do item ao qual se destina.

12.9. A empresa que for aprovada e/ou a empresa que for reprovada poderá retirar a amostra entregue, a qual deverá ser retirada até 20 (vinte) dias corridos a partir da data de homologação do item/lote/processo a qual destina. Após este período, se as amostras não forem retiradas, não mais serão devolvidas.

13. DOS RECURSOS DA SESSÃO PÚBLICA

13.1. Ao final da sessão pública, qualquer Licitante poderá manifestar imediatamente a intenção de recorrer, expondo a síntese de suas razões, em formulário eletrônico específico, quando lhe será concedido o prazo 30 (trinta) minutos para apresentação das razões do recurso.

13.1.1. Diante da **manifestação da intenção de recurso** o Pregoeiro não adentrará no mérito recursal, mas apenas verificará as condições de admissibilidade do recurso.

13.2. A falta de manifestação, conforme acima especificado, importará a decadência do direito de recurso e a adjudicação, pelo Pregoeiro, do objeto ao vencedor.

13.3. Não serão aceitas como recursos as alegações que não se relacionem às razões indicadas pelo Licitante recorrente na sessão pública.

13.4. Será concedido o prazo de 03 (três) dias para apresentação das razões de recurso, ficando os demais proponentes, desde logo, intimados para apresentarem contrarrazões em igual número de dias, que começarão a correr do término do prazo do recorrente, sendo-lhes assegurado vista imediata dos autos.

13.5. Caberá ao Pregoeiro receber, examinar e instruir os recursos interpostos contra seus atos, podendo reconsiderar suas decisões no prazo de 5 (cinco) dias úteis após o recebimento das razões e contrarrazões ou, neste mesmo prazo, fazê-lo subir devidamente informado a autoridade competente para a decisão final no prazo de 5 (cinco) dias úteis.

13.6. O proponente desclassificado antes da fase de disputa, também, poderá manifestar sua intenção de interpor recurso na forma do subitem 13.1.

13.7. A falta de manifestação, imediata e motivada, importará a decadência do direito de recurso, e não será admitida inovação na motivação dos recursos propostos.

13.8. O recurso contra decisão do pregoeiro terá efeito suspensivo, e o seu acolhimento importará a invalidação apenas dos atos insuscetíveis de aproveitamento.

13.9. Os autos deste Processo permanecerão franqueados aos interessados, junto à Secretaria de Administração – Gerência de Compras, Licitações, Contratos e Almoxarifado, sita à Rua Mariana Michels Borges, nº 201 – Itapema do Norte – Itapoá/SC.

13.10. Não serão conhecidos os recursos apresentados fora dos prazos, subscritos por representantes não habilitados legalmente ou não identificados no processo para responder pelo licitante.

14. DA ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO

14.1. O objeto deste pregão será adjudicado ao vencedor por ato do Pregoeiro, salvo quando houver recurso, hipótese em que a adjudicação caberá, após a regular decisão dos recursos interpostos, a AUTORIDADE SUPERIOR.

14.2. Após a fase recursal, constatada a regularidade dos atos praticados, a autoridade competente homologará o procedimento licitatório.

15. DO REGISTRO DE PREÇOS

15.1. Homologada a licitação, será formalizada a Ata de Registro de Preços, documento vinculativo obrigacional, com características de compromisso para a futura contratação, com o fornecedor primeiro classificado e, se for o caso, com os demais classificados, obedecendo à ordem de classificação e aos preços propostos.

15.2. A existência de Registro de Preços não obriga a Administração a firmar as contratações que deles poderão advir, facultando-se a realização de procedimento específico para a contratação pretendida, sendo assegurado ao beneficiário do registro a preferência de contratação em igualdade de condições.

15.3. A contratação com os fornecedores registrados será formalizada pelo Órgão Gerenciador, por intermédio de instrumento contratual.

15.4. No caso do fornecedor primeiro classificado, após convocado não comparecer ou se recusar a assinar a Ata de Registro de Preços e o Contrato, sem prejuízo das cominações a ele previstas neste Edital, o Município de Itapoá convocará os demais licitantes, na ordem de classificação.

16. DO REAJUSTE E DO PAGAMENTO

16.1. Os preços serão fixos e irrevogáveis pelo período de vigência da Ata de Registro de Preços decorrente deste processo licitatório.

16.2. A variação do valor contratual para fazer face ao reajuste de preços, compensações ou penalizações financeiras decorrentes das condições de pagamento nele previstas, bem como o empenho de dotações orçamentárias suplementares até o limite do seu valor corrigido, não caracterizam alteração do mesmo, podendo ser registrados por simples apostila, dispensando a celebração de aditamento

16.3. Homologada a licitação e assinada a Ata de Registro de Preços, a Adjudicatária fará entrega do produto conforme solicitado por pessoa credenciada, juntamente com Nota fiscal eletrônica correspondente ao objeto.

16.4. O prazo de pagamento será de até 10 (dez) dias úteis após a apresentação e aceitação da nota fiscal eletrônica pelo fiscal do contrato.

16.5. Na ocorrência de rejeição da(s) nota(s) fiscal(is), motivada por erro ou incorreções, o prazo para pagamento passará a ser contado a partir da data da sua reapresentação.

16.6. Para efeito de emissão da nota fiscal eletrônica, esta deverá ser emitida em nome da "Secretaria de Educação", Avenida Nossa Senhora do Perpétuo Socorro, nº 430, Centro, Itapoá (SC), CNPJ nº 02.482.295/0001-05, constando no corpo da nota a expressão "**PREGÃO ELETRÔNICO Nº 60/2023 – REGISTRO DE PREÇO Nº 39/2023 - PROCESSO Nº 92/2023 – OBJETO:** Contratação de empresa especializada para confeção e fornecimento dos uniformes, conforme Termo de Referência, para os alunos da Rede Municipal de Ensino de Itapoá/SC."

17. DAS PENALIDADES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

17.1. Se a Adjudicatária não celebrar a ata de registro de preços, o contrato, ou instrumento equivalente no prazo estabelecido, deixar de entregar ou apresentar documentação falsa exigida para o certame, ensejar o retardamento da execução do seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do contrato ou instrumento equivalente, comportar-se de modo inconveniente na sessão pública, ou cometer fraude fiscal, garantido o direito prévio da ampla defesa, poderá sofrer sanção de advertência, suspensão temporária de participar em licitação ficando impedida de contratar com a Prefeitura Municipal de Itapoá, e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública.

17.2. Além das penalidades citadas, a licitante/contratada ficará sujeita, ainda, ao cancelamento de sua inscrição no Cadastro de Fornecedores da Prefeitura e, no que couber, às demais penalidades referidas no capítulo IV da Lei nº 8.666/1993 e na minuta da Ata de Registro de Preços e Contrato em anexo, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, sem prejuízo das multas previstas em edital e no contrato (ou instrumento equivalente) e das demais cominações legais.

17.3. O descumprimento das obrigações e demais condições do Edital e seus Anexos, sujeitará a licitante às sanções legais cabíveis.

17.4. Antes da aplicação de qualquer penalidade serão garantidos ampla defesa e o contraditório à licitante, por período a ser estabelecido, antes que haja decisão definitiva da Prefeitura Municipal de Itapoá.

17.5. Acerca das multas a serem aplicadas à contratada, ficará retida a parte do pagamento a ela correspondente, sendo posteriormente liberado em caso de absolvição e, definitivamente descontado do pagamento em caso de condenação na esfera administrativa.

18. DAS CONDIÇÕES PARA CONTRATAÇÃO

18.1. Homologada a licitação, a licitante vencedora será convocada para, no prazo de **05 (cinco) dias** a partir da notificação, assinar a Ata de Registro de Preço, na forma do Anexo VIII, podendo este prazo ser prorrogado, a critério da Administração, desde que ocorra motivo justificado.

18.1.1. Alternativamente à convocação para a assinatura da Ata de registro de preço, a Prefeitura de Itapoá poderá encaminhá-la para assinatura, mediante correio eletrônico, para que seja assinado e devolvido no prazo de 5 (cinco) dias úteis, a contar da data de seu recebimento.

18.2. Quando a licitante vencedora não apresentar situação regular, no ato da assinatura da Ata de Registro de Preço, contrato ou instrumento equivalente, ou recusar-se a assiná-lo, o Pregoeiro a desclassificará, registrando na Ata pertinente, e convocará as licitantes remanescentes, na ordem de classificação, restabelecendo a sessão, para negociar diretamente com a proponente melhor classificada e posterior abertura do seu envelope "Documentos de Habilitação". Respeitado os procedimentos já definidos neste Edital, será declarada a(s) nova(s) adjudicatária(s) dos itens homologados à licitante desclassificada.

18.3. Neste caso, a recusa injustificada da adjudicatária, caracteriza o descumprimento total da obrigação assumida, sujeitando-o às penalidades previstas em lei, exceção feita às licitantes que se negarem a aceitar a contratação, fora da validade de suas propostas.

18.4. Fará parte integrante do contrato todos os elementos apresentados pela licitante vencedora e que tenham servido de base para o julgamento da licitação, bem como as condições estabelecidas neste Pregão, independentemente de transcrição.

19. DO PEDIDO, EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS E ENTREGA DO OBJETO

19.1. A empresa vencedora deverá fornecer o objeto licitado pelo município não podendo estipular em sua proposta de preço, cotas mínimas ou máximas, para remessa do objeto, respeitadas as quantidades mínimas de transportes inerentes ao objeto do presente processo licitatório.

19.2. A entrega do objeto dar-se-á em até 30 (trinta) dias corridos, após a assinatura do contrato/ata de registro preço e da Ordem de Compra emitida pela Secretaria de Educação.

19.3. O Contratante poderá determinar a substituição de qualquer produto devido a danos causados pelo transporte, má fé do fornecedor, qualquer fato que comprometa e integridade do serviço, ou desatendimento às especificações técnicas contratuais, desde que devidamente comprovados, devendo ser substituído em até 36 (trinta e seis) horas, sob pena de rescisão da ata e aplicação das sanções cabíveis.

19.4. Todas as despesas inerentes ao cumprimento do disposto neste Edital são de responsabilidade exclusiva da empresa licitante, tais como: **transporte**, taxas e impostos, encargos e benefícios trabalhistas, eventuais danos e/ou prejuízos que venha a causar à Contratada ou a terceiros.

19.5. A Prefeitura Municipal de Itapoá não tem responsabilidade direta, indireta ou solidária em qualquer ônus que a licitante venha a incorrer no cumprimento do contrato decorrente deste processo licitatório.

20. DA VIGÊNCIA

20.1. A Ata de Registro de Preços terá a validade de **01 (um) ano**, a partir da sua publicação, previsto no art. 15, § 3º inciso III da Lei 8.666/93, Art. 12º do Decreto Federal nº 7.892/2013, Acórdão nº 991/2009-TCU.

20.2. A vigência dos futuros contratos estará adstrita ao tempo necessário à entrega, ao pagamento do objeto licitado e a vigência do crédito orçamentário, e obedecido os dispostos no art. 12º § 2º do Decreto Federal 7.892/2013.

20.3. A licitante vencedora deverá manter, na vigência da ata de registro, as mesmas condições de habilitação exigidas na licitação, podendo a Prefeitura, a qualquer tempo, solicitar documentos que comprovem regularidade da Adjudicatária.

20.4. Durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços, o Município de Itapoá/SC não será obrigado a adquirir o objeto registrado exclusivamente pelo Sistema de Registro de Preços, podendo fazê-lo através de outra licitação quando julgar conveniente, sem que caiba recurso ou indenização de qualquer espécie às empresas detentoras, ou, cancelar a Ata, na ocorrência de alguma das hipóteses legalmente previstas para tanto, garantidos à detentora, neste caso, o contraditório e a ampla defesa.

21. DO REEQUILÍBRIO ECONÔMICO FINANCEIRO

21.1 O restabelecimento do equilíbrio econômico financeiro, revisão, repactuação ou realinhamento contratual será regido conforme art. 65, inciso II alínea "d" da Lei Federal nº 8.666/93, e poderão ser alterados com as devidas justificativas, para restabelecer a relação que as partes pactuarem inicialmente entre os encargos do contratado e a retribuição da Administração para a justa remuneração do serviço, objetivando a manutenção inicial do contrato, mantida as condições efetivas da proposta, teor do inciso XXI, do art.37, da Constituição Federal. A Administração poderá ampliar a remuneração devida ao contratado proporcionalmente a majoração dos encargos, se verificada e devidamente comprovada, e restaurar a situação originária, de modo que a **CONTRATADA** não arque com encargos mais onerosos e perceba a remuneração contratual originariamente prevista.

21.2. Para este restabelecimento de equilíbrio econômico financeiro deverá ocorrer fato imprevisível quanto à sua ocorrência ou quanto as suas consequências; fato estranho às vontades das partes; fato inevitável; fato de causa de desequilíbrio muito grande no contrato – instabilidade econômica governamental.

21.3. O restabelecimento do equilíbrio econômico financeiro, revisão, repactuação ou realinhamento contratual, poderá se dar a qualquer tempo desde que comprovado os pressupostos para sua efetivação.

22. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

22.1. Antes de aberta a sessão pública da licitação, o presente Edital e seus Anexos poderão ser alterados pela licitadora, no interesse público por sua iniciativa ou decorrente de provocação de terceiros, atendido o que estabelece o art. 21, § 4º, da Lei nº 8.666/93, bem como adiar ou prorrogar o prazo para início do certame aqui regulamentado.

22.2. As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os participantes, desde que não comprometam o interesse da Administração, a finalidade e a segurança da contratação.

22.3. É facultado a Pregoeira ou Autoridade Superior, em qualquer fase da licitação, a promover diligência destinada a esclarecer ou complementar a instrução do processo, vedada a inclusão posterior de documento ou informação que deveria constar no ato inicial da sessão pública.

22.4. Fica assegurado à Prefeitura Municipal de Itapoá, nos casos previstos em Lei e motivadamente, o direito de a qualquer tempo e no interesse da Administração, anular a presente licitação ou revogar no todo ou em parte, bem como a sua homologação, sem que caiba aos licitantes qualquer direito a indenização.

22.5. As proponentes são responsáveis pela fidelidade e legitimidade das informações e dos documentos apresentados em qualquer fase da licitação.

22.6. Após a apresentação da proposta não caberá desistência, salvo por motivo justo decorrente de fato superveniente e aceito pela Pregoeira.

22.7. É vedada a subcontratação, cessão ou transferência no todo ou em parte da execução do contrato, sem expressa anuência da Prefeitura Municipal de Itapoá e, em sendo autorizado não existirá qualquer vínculo contratual ou de responsabilidade entre eventuais empresas subcontratadas e a Prefeitura, perante a qual a única responsável pelo cumprimento deste Contrato será sempre a Adjudicatária vencedora deste certame licitatório.

22.8. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário e local retro estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário do Pregoeiro.

22.9. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento.

22.10. Só se iniciam e vencem prazos em dias e horários de expediente na Prefeitura Municipal de Itapoá.

22.11. O desatendimento de exigências formais não essenciais, não importará no afastamento da licitante, desde que seja possível a aferição da sua qualificação e a exata compreensão da sua proposta.

22.12. Exigências formais não essenciais são aquelas cujo descumprimento não acarrete irregularidade no procedimento, em termos de processualização, bem como, não importem em vantagem a um ou mais licitantes em detrimento dos demais.

22.13. A Adjudicatária é obrigada a aceitar, nas mesmas condições da licitação, os acréscimos ou supressões, nos termos estabelecidos no § 1º do inciso II, do art. 65 da Lei nº 8.666/93.

22.14. A Administração poderá, até a assinatura do contrato ou outro documento equivalente, inabilitar a licitante sem direito a indenização ou ressarcimento e sem prejuízo de outras sanções cabíveis, se vier a ter conhecimento de fato ou circunstância anterior ou posterior ao julgamento da licitação que desabone a habilitação jurídica, as qualificações técnica e econômico-financeira e a regularidade fiscal da licitante. Neste caso, o Pregoeiro convocará as licitantes remanescentes, na ordem de classificação, restabelecendo a sessão para negociar diretamente com a proponente melhor classificada e posterior abertura do seu envelope "Documentos de Habilitação", respeitando os procedimentos já descritos neste Edital até que seja o objeto adjudicado à licitante declarada vencedora.

22.15. Para dirimir as questões relativas ao presente Edital, elege-se como foro competente o de Itapoá (SC), com exclusão de qualquer outro por mais privilegiado que seja ou venha a se tornar.

23. DOS ANEXOS

23.1. São partes integrantes deste Edital, os seguintes anexos:

- Anexo I – Modelo de Proposta de Preço;
- Anexo II – Termo de Referência;
- Anexo III – Declaração de Habilitação;
- Anexo IV – Declaração de Inexistência de Fato Impeditivo;



Prefeitura de Itapoá
Secretaria de Administração
Gerência de Compras, Licitações,
Contratos e Almoxarifado.

- Anexo V – Modelo de Declaração de não exploração ao trabalho infantil;
- Anexo V – Declaração de Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte;
- Anexo VII – Declaração de que os documentos apresentados conferem com o original;
- Anexo VIII – Minuta da Ata de Registro de Preço;
- Anexo IX – Minuta do Contrato Administrativo;
- Anexo X - Modelo de entrega de amostras.

Itapoá, 17 de agosto de 2023.

JEFERSON RUBENS GARCIA
PREFEITO MUNICIPAL DE ITAPOÁ/SC
DECRETO MUNICIPAL Nº 5.691/2023

SANDRA REGINA FERNANDES DA SILVA
SECRETÁRIA DE EDUCAÇÃO

ANEXO I – MODELO DE PROPOSTA DE PREÇO

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 60/2023 – REGISTRO DE PREÇO Nº 39/2023 - PROCESSO Nº 92/2023 – OBJETO: Contratação de empresa especializada para confecção e fornecimento dos uniformes, conforme Termo de Referência, para os alunos da Rede Municipal de Ensino de Itapoá/SC.

PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAPOÁ - SC		
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO		
PREGÃO Nº 60/2023	PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 92/2023	
MODALIDADE: PREGÃO ELETRÔNICO	ABERTURA: 30/08/2023.	
TIPO: MENOR PREÇO POR LOTE	HORA: 08h30 (Sessão Pública)	
Proponente:		
CNPJ/MF:	Inscrição Estadual:	
Endereço:	E-mail:	
Cidade/UF:		
Fone:	Fax:	
Banco para receber crédito:	Conta Corrente:	Agencia:
Representante Legal/ Procurador:	CPF/MF nº:	CI.RG. nº:

1. DO OBJETO:

1.1. de empresa especializada para confecção e fornecimento dos uniformes, conforme Termo de Referência, para os alunos da Rede Municipal de Ensino de Itapoá/SC.

LOTE 1 - UNIFORMES						
ITEM	DESCRIÇÃO	UN	MARCA	QUANT	VALOR UNIT	VALOR TOTAL
1.1	JAQUETA ESCOLAR TAM 2	UN		270	R\$ 60,33	R\$ 16.289,10
1.2	JAQUETA ESCOLAR TAM 4	UN		1030	R\$ 60,33	R\$ 62.139,90
1.3	JAQUETA ESCOLAR TAM 6	UN		1576	R\$ 60,33	R\$ 95.080,08
1.4	JAQUETA ESCOLAR TAM 8	UN		1842	R\$ 60,33	R\$ 111.127,86
1.5	JAQUETA ESCOLAR TAM 10	UN		1764	R\$ 60,33	R\$ 106.422,12
1.6	JAQUETA ESCOLAR TAM 12	UN		1876	R\$ 60,33	R\$ 113.179,08
1.7	JAQUETA ESCOLAR TAM 14	UN		1838	R\$ 68,90	R\$ 126.638,20
1.8	JAQUETA ESCOLAR TAM 16	UN		720	R\$ 68,90	R\$ 49.608,00
1.9	JAQUETA ESCOLAR TAM P	UN		400	R\$ 68,90	R\$ 27.560,00
1.10	JAQUETA ESCOLAR TAM M	UN		480	R\$ 68,90	R\$ 33.072,00
1.11	JAQUETA ESCOLAR TAM G	UN		480	R\$ 68,90	R\$ 33.072,00
1.12	JAQUETA ESCOLAR TAM GG	UN		200	R\$ 68,90	R\$ 13.780,00
1.13	JAQUETA ESCOLAR TAM XG	UN		100	R\$ 68,90	R\$ 6.890,00
1.14	JAQUETA ESCOLAR TAM XGG	UN		100	R\$ 68,90	R\$ 6.890,00
1.15	CALÇA ESCOLAR TAM 2	UN		268	R\$ 48,17	R\$ 12.909,56
1.16	CALÇA ESCOLAR TAM 4	UN		1056	R\$ 48,17	R\$ 50.867,52
1.17	CALÇA ESCOLAR TAM 6	UN		1588	R\$ 48,17	R\$ 76.493,96
1.18	CALÇA ESCOLAR TAM 8	UN		1928	R\$ 48,17	R\$ 92.871,76
1.19	CALÇA ESCOLAR TAM 10	UN		1880	R\$ 48,17	R\$ 90.559,60
1.20	CALÇA ESCOLAR TAM 12	UN		1952	R\$ 48,17	R\$ 94.027,84
1.21	CALÇA ESCOLAR TAM 14	UN		1852	R\$ 55,30	R\$ 102.415,60
1.22	CALÇA ESCOLAR TAM 16	UN		768	R\$ 55,30	R\$ 42.470,40
1.23	CALÇA ESCOLAR TAM P	UN		400	R\$ 56,50	R\$ 22.600,00
1.24	CALÇA ESCOLAR TAM M	UN		480	R\$ 56,50	R\$ 27.120,00

1.25	CALÇA ESCOLAR TAM G	UN		480	R\$	56,50	R\$	27.120,00
1.26	CALÇA ESCOLAR TAM GG	UN		200	R\$	56,50	R\$	11.300,00
1.27	CALÇA ESCOLAR TAM XG	UN		100	R\$	56,50	R\$	5.650,00
1.28	CALÇA ESCOLAR TAM XGG	UN		100	R\$	56,50	R\$	5.650,00
1.29	BERMUDA ESCOLAR TAM 2	UN		134	R\$	33,04	R\$	4.427,36
1.30	BERMUDA ESCOLAR TAM 4	UN		528	R\$	33,04	R\$	17.445,12
1.31	BERMUDA ESCOLAR TAM 6	UN		794	R\$	33,80	R\$	26.837,20
1.32	BERMUDA ESCOLAR TAM 8	UN		964	R\$	33,80	R\$	32.583,20
1.33	BERMUDA ESCOLAR TAM 10	UN		940	R\$	38,50	R\$	36.190,00
1.34	BERMUDA ESCOLAR TAM 12	UN		976	R\$	38,50	R\$	37.576,00
1.35	BERMUDA ESCOLAR TAM 14	UN		926	R\$	42,90	R\$	39.725,40
1.36	BERMUDA ESCOLAR TAM 16	UN		384	R\$	42,90	R\$	16.473,60
1.37	BERMUDA ESCOLAR TAM P	UN		200	R\$	42,90	R\$	8.580,00
1.38	BERMUDA ESCOLAR TAM M	UN		240	R\$	42,90	R\$	10.296,00
1.39	BERMUDA ESCOLAR TAM G	UN		240	R\$	42,90	R\$	10.296,00
1.40	BERMUDA ESCOLAR TAM GG	UN		100	R\$	42,90	R\$	4.290,00
1.41	BERMUDA ESCOLAR TAM XG	UN		50	R\$	42,90	R\$	2.145,00
1.42	BERMUDA ESCOLAR TAM XGG	UN		50	R\$	42,90	R\$	2.145,00
1.43	CAMISETA ESCOLAR TAM 2	UN		540	R\$	23,70	R\$	12.798,00
1.44	CAMISETA ESCOLAR TAM 4	UN		2060	R\$	23,70	R\$	48.822,00
1.45	CAMISETA ESCOLAR TAM 6	UN		3152	R\$	25,70	R\$	81.006,40
1.46	CAMISETA ESCOLAR TAM 8	UN		3684	R\$	25,70	R\$	94.678,80
1.47	CAMISETA ESCOLAR TAM 10	UN		3528	R\$	28,50	R\$	100.548,00
1.48	CAMISETA ESCOLAR TAM 12	UN		3752	R\$	28,50	R\$	106.932,00
1.49	CAMISETA ESCOLAR TAM 14	UN		3676	R\$	28,50	R\$	104.766,00
1.50	CAMISETA ESCOLAR TAM 16	UN		1440	R\$	28,50	R\$	41.040,00
1.51	CAMISETA ESCOLAR TAM P	UN		800	R\$	28,50	R\$	22.800,00
1.52	CAMISETA ESCOLAR TAM M	UN		960	R\$	28,50	R\$	27.360,00
1.53	CAMISETA ESCOLAR TAM G	UN		960	R\$	28,50	R\$	27.360,00
1.54	CAMISETA ESCOLAR TAM GG	UN		400	R\$	28,50	R\$	11.400,00
1.55	CAMISETA ESCOLAR TAM XG	UN		200	R\$	28,50	R\$	5.700,00
1.56	CAMISETA ESCOLAR TAM XGG	UN		200	R\$	28,50	R\$	5.700,00
1.57	BERMUDA FEMININA TAM 2	UN		136	R\$	29,50	R\$	4.012,00
1.58	BERMUDA FEMININA TAM 4	UN		502	R\$	29,50	R\$	14.809,00
1.59	BERMUDA FEMININA TAM 6	UN		782	R\$	33,80	R\$	26.431,60
1.60	BERMUDA FEMININA TAM 8	UN		878	R\$	33,80	R\$	29.676,40
1.61	BERMUDA FEMININA TAM 10	UN		824	R\$	38,50	R\$	31.724,00
1.62	BERMUDA FEMININA TAM 12	UN		900	R\$	38,50	R\$	34.650,00
1.63	BERMUDA FEMININA TAM 14	UN		912	R\$	47,50	R\$	43.320,00
1.64	BERMUDA FEMININA TAM 16	UN		336	R\$	47,50	R\$	15.960,00
1.65	BERMUDA FEMININA TAM P	UN		200	R\$	47,50	R\$	9.500,00
1.66	BERMUDA FEMININA TAM M	UN		240	R\$	47,50	R\$	11.400,00
1.67	BERMUDA FEMININA TAM G	UN		240	R\$	47,50	R\$	11.400,00
1.68	BERMUDA FEMININA TAM GG	UN		100	R\$	47,50	R\$	4.750,00
1.69	BERMUDA FEMININA TAM XG	UN		50	R\$	47,50	R\$	2.375,00
1.70	BERMUDA FEMININA TAM XGG	UN		50	R\$	47,50	R\$	2.375,00

1.71	CALÇA FEMININA TAM 2	UN		272	R\$	38,71	R\$	10.529,12
1.72	CALÇA FEMININA TAM 4	UN		1004	R\$	38,71	R\$	38.864,84
1.73	CALÇA FEMININA TAM 6	UN		1564	R\$	38,71	R\$	60.542,44
1.74	CALÇA FEMININA TAM 8	UN		1756	R\$	38,71	R\$	67.974,76
1.75	CALÇA FEMININA TAM 10	UN		1648	R\$	40,20	R\$	66.249,60
1.76	CALÇA FEMININA TAM 12	UN		1800	R\$	40,20	R\$	72.360,00
1.77	CALÇA FEMININA TAM 14	UN		1824	R\$	43,20	R\$	78.796,80
1.78	CALÇA FEMININA TAM 16	UN		672	R\$	43,20	R\$	29.030,40
1.79	CALÇA FEMININA TAM P	UN		400	R\$	59,20	R\$	23.680,00
1.80	CALÇA FEMININA TAM M	UN		480	R\$	59,20	R\$	28.416,00
1.81	CALÇA FEMININA TAM G	UN		480	R\$	59,20	R\$	28.416,00
1.82	CALÇA FEMININA TAM GG	UN		200	R\$	59,20	R\$	11.840,00
1.83	CALÇA FEMININA TAM XG	UN		100	R\$	59,20	R\$	5.920,00
1.84	CALÇA FEMININA TAM XGG	UN		100	R\$	59,20	R\$	5.920,00
VALOR MÁXIMO TOTAL				R\$ 3.174.648,62				

2. DAS ESPECIFICAÇÕES DO OBJETO:

2.1. Especificações realizadas pelo SENAI (Serviço nacional de aprendizagem industrial), conforme Contrato Administrativo nº 117/2022.

- Calça de moletom: <http://sc.com.ly/show/5d19788f-09c5-4c1e-b6cd-babf44865278>
- Bermuda masculina : <http://sc.com.ly/show/d0265d09-dd44-4033-a4db-4e89bd297956>
- Camiseta: <http://sc.com.ly/show/b7f9513b-ac6c-4d20-a427-e2977b616ec4>
- Jaqueta: <http://sc.com.ly/show/c531eeaa-f00b-42de-95d7-f1bb901c47d8>
- Bermuda feminina: <http://sc.com.ly/show/c76fa36c-49fd-4b02-ac46-dac38abfe161>
- Calça feminina: <http://sc.com.ly/show/ce8d61b0-1878-4b45-adf3-c58e135c5544>

3. DAS AMOSTRAS:

3.1. A licitante vencedora deverá apresentar no prazo máximo de 10 (dez) dias, 02 (duas) amostras de cada peça, sendo elas, de dois tamanhos diferentes, para análise e aprovação do SENAI, juntamente com os laudos técnicos dos tecidos.

3.2. Após a homologação do processo, na entrega dos uniformes, serão selecionadas peças aleatoriamente por esta Secretaria, que serão remetidas a testes de laboratórios.

3.3. As amostras deverão ser entregues na Rua Arno Barth, 84 – Badenfurt- Blumenau – SC 89070-040, na FBET (Fundação Blumenauense de estudos Têxteis), aos cuidados da Sra. Dinara Sdunek Teixeira.

4. DO PRAZO DE ENTREGA:

4.1. O objeto deverá ser entregue em até 30 (trinta) dias corridos a partir da emissão da ordem de entrega, correndo por conta da adjudicatária/contratada as despesas com transporte, seguros, tributos e demais encargos decorrentes da aquisição.

5. DA FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO

5.1. O fiscal do contrato será o Senhor Elásio Frisanco, CPF: 019.543.229-09, Diretor Administrativo.

Declaro que cumpro todos os itens estabelecidos em edital e especificações constantes neste anexo e na minuta contratual.

_____, ____ de _____ de 2023.

(Carimbo, nome e assinatura do representante legal)

ANEXO II – TERMO DE REFERÊNCIA

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 60/2023 – REGISTRO DE PREÇO Nº 39/2023 - PROCESSO Nº 92/2023 – OBJETO: Contratação de empresa especializada para confeccção e fornecimento dos uniformes, conforme Termo de Referência, para os alunos da Rede Municipal de Ensino de Itapoá/SC.

1. JAQUETA ESCOLAR

Jaqueta confeccionada em moletom 2 cabos felpado, 50% Algodão e 50% Poliéster, com gramatura 320 g/m², na cor cinza mescla semelhante ao Pantone 16-3915 TCX. Bolsos frontais canguru conforme a "figura 01".

Fechamento frontal com zíper de nylon destacável, na cor cinza mais próximo da cor do tecido principal, costurado e pespontado do cós até o início do capuz.

Punhos e barra da jaqueta com acabamento interno dobrado, confeccionados em malha sanfonada tipo Ribana 2x1, na composição de 49% Algodão 48% Poliéster 3% Elastano, com gramatura de 270 g/m² na cor do tecido principal, na cor cinza mescla semelhante ao Pantone 16-3915 TCX.

Capuz confeccionado com a mesmo tecido do corpo, com forro em meia malha PV Anti-piling 65% Poliéster 35% Viscose, com gramatura de 185g/m² na cor azul semelhante ao Pantone 18-4148 TCX. No capuz deve conter dois (um em cada lado) caseado a 2 cm do decote por onde passará um cadarço roliço da mesma cor e tom do forro do capuz, na ponta do cadarço deverá ser aplicado uma ponteira retangular nas duas extremidades, na composição 100% polipropileno na cor do cadarço, o mesmo deve ter uma sobra de 17 cm para ambos os lados (estando a peça esticada).

Na parte traseira interna, na união entre o capuz e o corpo, deverá conter um cobre-gola (Friso) de 1,0 cm de Meia malha PV Anti-piling 65% Poliéster 35% Viscose, com gramatura de 185g/m² na cor azul semelhante ao Pantone 18-4148 TCX, ocasionando o melhor acabamento entre o corpo e o capuz.

Nas mangas deverá conter 2 viés sobreposto (fita) aplicados, medido 1,2 cm pronto em cada faixa, em meia malha PV Anti-piling 65% Poliéster 35% Viscose, com gramatura de 185g/m² na cor azul semelhante ao Pantone 18-4148 TCX. O viés deve ser aplicado de forma centralizada em ambas as mangas.

Na frente, do lado esquerdo da jaqueta, centralizado entre o meio do peito e a extremidade da lateral (Cava), deverá ser estampada em Serigrafia o brasão, da logomarca da Prefeitura de Itapoá (posição conforme a 'Figura 01').

Montagem da peça: A Jaqueta deve ser toda confeccionada na sua parte interna em fechadas em máquina overloque 4 fios (ponto conjugado) com bitola média de 0,6 cm. A linha utilizada para a confecção da Jaqueta é 100% Poliéster – 120 na cor da peça. **Bolsos canguru** com bainha de 1,5 cm na máquina galoneira 2 agulhas; fechar ombro em máquina overloque 4 fios (ponto conjugado) bitola média 0,6 cm; montar manga na cava na máquina overloque 4 fios (ponto conjugado) bitola média 0,6 cm; fechar lateral com bitola média de 0,6 cm em máquina overloque 4 fios (ponto conjugado). Frente, parte interna com revel, pespontar zíper com 0,5 cm na máquina reta de 1 agulha, utilizar linha na fixação do zíper na mais próxima possível do tecido. Punhos e cós, duplos, costurados com bitola média de 0,6 cm em máquina overloque 4 fios (ponto conjugado).

OBS. As costuras em máquina reta deverão ser reguladas em 5 pontos por centímetro e as costuras em máquina overloque 4 fios (ponto conjugado) em 4 pontos por centímetro. Medidas do revel, capuz e tamanho dos bolsos ficam por conta da modelista (os bolsos devem ficar de forma centralizada e iguais em suas medidas em ambos os lados da jaqueta).

Figura 01: Jaqueta escolar.



TABELA DE MEDIDAS DO PRODUTO ACABADO- JAQUETA ESCOLAR

TAMANHO	2	4	6	8	10	12	14	16	P	M	G	GG	XG	XGG
A- Comprimento	42	46	50	52	56	58	62	66	70	72	74	76	80	82
B- Largura do tórax	34	38	40	42	44	46	48	52	54	56	58	60	62	64
C- Largura da barra	28	32	38	40	42	44	46	50	52	54	56	58	60	62
D- Ombro	10	10,5	11	12	13	14	14,5	15	15,5	16	17	17	17,5	18
E- Cava reta	16	17	18	19	20	21	22	23	24	25	26	27	29	30
F- Comprimento da manga com punho	42	46	50	54	56	57	58	64	66	68	70	72	74	76
G- Boca da manga	10,5	11	11	12	12	13	13	14	14	15	15	16	16	17
H- Boca do punho	4,5	5	5	6	6	7	7	8	8	9	9	10	10	11
I- Altura do punho	4	4	4	6	6	6	6	6	6	6	6	6	6	6
J- Altura da barra	4	4	4	6	6	6	6	6	6	6	6	6	6	6
K- Altura da logo a partir do ombro	14	14,5	15	15	15,5	16,5	16,5	17	17	17,5	18	18,5	19	19

✚ Medidas em cm

✚ Tolerância nas medidas em até 1cm para +/-.

Especificações dos ensaios

JAQUETA DE MOLETON			
ENSAIO	NORMA	SOLICITADO	TOLERÂNCIA
COMPOSIÇÃO	NBR 11914/92 NBR 13538/95	50% ALGODÃO 50% POLIÉSTER	+/- 5%
ESTRUTURA	NBR 13462/95	MOLETON	-
GRAMATURA	NBR 10591/08	320 g/m ²	+/- 5%
PILLING MATINDALE	ISO 12945-2:2000	3/4	Mínimo
RESISTÊNCIA AO ESTOURO	NBR 13384/95	≥ 11 Kgf/cm ²	-
SOLIDEZ COR À LAVAGEM DOM.	NBR ISO 105 C06/10 – A15	MIGRAÇÃO = 4 ALTERAÇÃO = 4	Mínimo
ALTERAÇÃO DIMENSIONAL	NBR 10320/88	6%	Máximo
PANTONE	Procedimento interno		Aproximado

PUNHO E BARRA			
ENSAIO	NORMA	SOLICITADO	TOLERÂNCIA
COMPOSIÇÃO	NBR 11914/92 NBR 13538/95	49% ALGODÃO 48% POLIÉSTER 3% ELASTANO	+/- 5% Elastano: +/-0,5 pontos percentuais
ESTRUTURA	NBR 13462/95	RIBANA 2 X 1	-
GRAMATURA	NBR 10591/08	270 g/m ²	+/- 5%
PANTONE	Procedimento interno		Aproximado

FORRO DO CAPUZ E FAIXAS			
ENSAIO	NORMA	SOLICITADO	TOLERÂNCIA
COMPOSIÇÃO	NBR 11914/92 NBR 13538/95	65% POLIÉSTER 35% VISCOSE	+/- 5%
ESTRUTURA	NBR 13462/95	MEIA MALHA	-
GRAMATURA	NBR 10591/08	185 g/m ²	+/- 5%
PANTONE	Procedimento interno	18-4148 TCX	Aproximado

2. CALÇA ESCOLAR (Felpada)

Calça confeccionada em moletom 2 cabos felpado, 50% Algodão e 50% Poliéster, com gramatura 320 g/m², na cor Azul semelhante ao Pantone 18-4148 TCX. A linha utilizada na costura deverá ser 100% poliéster – 120, cor da linha semelhante à cor da peça.

O Cós, com elástico de 4 cm de largura, pregado em máquina overloque e rebatido na máquina reta (com pesponto de 1cm na parte superior do cós e no inferior) conforme "figura 02". Cós com 2 caseados centralizados na frente por onde passará um cadarço roliço da mesma cor e tom do viés das faixas, na ponta do cadarço deverá ser aplicado uma ponteira retangular nas duas extremidades, na composição 100% polipropileno na cor do cadarço.

Fechar gancho frente, gancho costas e entrepernas em máquina overloque 4 fios (ponto conjugado) com bitola média de 0,6 cm com 4 pontos p/cm. Gancho frente e costas pespontados na reta 1 agulha.

Bolso faca nas laterais rebatido em máquina reta de 1 agulha, com forro do mesmo tecido da peça principal, pespontar com 0,5 cm na máquina reta; fechar bolsos no overloque 4 fios (ponto conjugado) com bitola média de 0,6 cm.

Nas laterais fechadas em máquina overloque 4 fios (ponto conjugado) com bitola média de 0,6 cm.

Na perna direita da peça, deverá ter 2 viés sobreposto (fita) aplicados, medido 1 cm pronto em cada faixa, em meia malha PV Anti-piling 65% Poliéster 35% Viscose, com gramatura de 185g/m² na cor Cinza mescla semelhante ao Pantone 16-3915 TCX. O viés deve ser aplicado a 1 cm do bolso faca.

Na perna esquerda da peça, na lateral (posição conforme a 'Figura 02'), deverá ser estampada em Serigrafia o brasão da Prefeitura de Itapoá.

Punhos com acabamento interno dobrado, confeccionados em malha sanfonada tipo Ribana 2x1, na composição de 49% Algodão 48% Poliéster 3% Elastano, com gramatura de 270 g/m² na cor do tecido principal, na cor Azul semelhante ao Pantone 18-4148 TCX.

A união das partes que formam a peça devem ser costuradas com linha 100% poliéster – 120, cor da linha semelhante à cor da peça.

OBS. As costuras em máquina reta deverão ser reguladas em 5 pontos por centímetro e as costuras em máquina overloque em 4 pontos por centímetro. Medidas tais como largura do punho ficam por conta da modelista, porém deve ficar ajustado a perna e não poderá ficar 'frouxo'.

Figura 02: Calça escolar.



TABELA DE MEDIDAS DO PRODUTO ACABADO- CALÇA ESCOLAR

TAMANHO	2	4	6	8	10	12	14	16	P	M	G	GG	XG	XGG
A- Comprimento (total)	70	75	80	85	90	95	100	105	107	110	113	117	123	125
B- Largura da cintura	24	25	26	28	30	32	33	34	34	35	36	37	40	42
C- Largura do quadril	36	38	40	42	44	46	48	50	54	56	58	60	62	64
D- Gancho frente (com cós)	23	24	25	27	28	29	30	31	32	33	34	35	36	37
E- Gancho costa (com cós)	26	27	38	30	31	32	33	34	35	36	37	38	39	40
F- Abertura do bolso	10	11	11	11	12	12	13	13	14	14	15	15	16	16
G- Altura da logo em relação a cintura	17	18	18	18	19	19	20	20	21	21	22	22	23	23

✚ Medidas em cm

✚ Tolerância nas medidas em até 1cm para +/-.

Especificações dos ensaios

BLUSÃO DE MOLETON			
ENSAIO	NORMA	SOLICITADO	TOLERÂNCIA
COMPOSIÇÃO	NBR 11914/92 NBR 13538/95	50% ALGODÃO 50% POLIÉSTER	+/- 5%
ESTRUTURA	NBR 13462/95	MOLETON	-
GRAMATURA	NBR 10591/08	320 g/m ²	+/- 5%
PILLING MATINDALE	ISO 12945-2:2000	3/4	Mínimo
RESISTÊNCIA AO ESTOURO	NBR 13384/95	≥ 11 Kgf/cm ²	-
SOLIDEZ COR À LAVAGEM DOM.	NBR ISO 105 C06/10 – A1S	MIGRAÇÃO = 4 ALTERAÇÃO = 4	Mínimo
ALTERAÇÃO DIMENSIONAL	NBR 10320/88	6%	Máximo
PANTONE	Procedimento interno		Aproximado

PUNHOS			
ENSAIO	NORMA	SOLICITADO	TOLERÂNCIA
COMPOSIÇÃO	NBR 11914/92 NBR 13538/95	49% ALGODÃO 48% POLIÉSTER 3% ELASTANO	+/-5% Elastano: +/-0,5 pontos percentuais
ESTRUTURA	NBR 13462/95	RIBANA 2 X 1	-
GRAMATURA	NBR 10591/08	270 g/m ²	+/- 5%
PANTONE	Procedimento interno		Aproximado

FAIXAS			
ENSAIO	NORMA	SOLICITADO	TOLERÂNCIA
COMPOSIÇÃO	NBR 11914/92 NBR 13538/95	65% POLIÉSTER 35% VISCOSE	+/- 5%
ESTRUTURA	NBR 13462/95	MEIA MALHA	-
GRAMATURA	NBR 10591/08	185 g/m ²	+/- 5%
PANTONE	Procedimento interno	18-4148 TCX	Aproximado

3. BERMUDA ESCOLAR

Bermuda confeccionada em moletom 2 cabos careca 50% Algodão e 50% Poliéster, com gramatura 320 g/m², na cor cinza mescla na cor Azul semelhante ao Pantone 18-4148 TCX. A linha utilizada na costura deverá ser 100% poliéster – 120, cor da linha semelhante à cor da peça.

O Cós, com elástico de 4 cm de largura, pregado em máquina overloque e rebatido na máquina reta (com pesponto de 1 cm na parte superior do cós e no inferior) conforme "figura 03". Cós com 2 caseados centralizados na frente por onde passará um cadarço roliço da mesma cor e tom do viés das faixas, na ponta do cadarço deverá ser aplicado uma ponteira retangular nas duas extremidades, na composição 100% polipropileno na cor do cadarço.

Fechar gancho frente, gancho costas e entrepernas em máquina overloque 4 fios (ponto conjugado) com bitola média de 0,6 cm com 4 pontos p/cm. Gancho frente e costas pespontados na reta 1 agulha.

Bolso faca nas laterais rebatido em máquina reta de 1 agulha, com forro do mesmo tecido da peça principal, pespontar com 0,5 cm na máquina reta; fechar bolsos no overloque 4 fios (ponto conjugado) com 0,6 cm.

Nas laterais fechadas em máquina overloque 4 fios (ponto conjugado) com bitola média de 0,6 cm.

Na perna direita da peça, deverá ter 2 vieses sobreposto (fita) aplicados, medido 1 cm pronto em cada faixa, em meia malha PV Anti-piling 65% Poliéster 35% Viscose, com gramatura de 185g/m² na cor Cinza mescla semelhante ao Pantone 16-3915 TCX. O viés deve ser aplicado a 1 cm do bolso faca.

Na perna esquerda da peça, na lateral próximo a bainha (posição conforme a 'Figura 03'), deverá ser estampada em Serigrafia o brasão da Prefeitura de Itapoá.

As barras das pernas devem ser rebatidas com largura de 2,0 cm e costuradas em máquina galoneira de duas agulhas. Com bitola de 6,4 mm.

A união das partes que formam a peça devem ser costuradas com linha 100% poliéster – 120, cor da linha semelhante à cor da peça.

OBS. As costuras em máquina reta deverão ser reguladas em 5 pontos por centímetro e as costuras em máquina overloque em 4 pontos por centímetro.

Figura 03: Bermuda escolar.

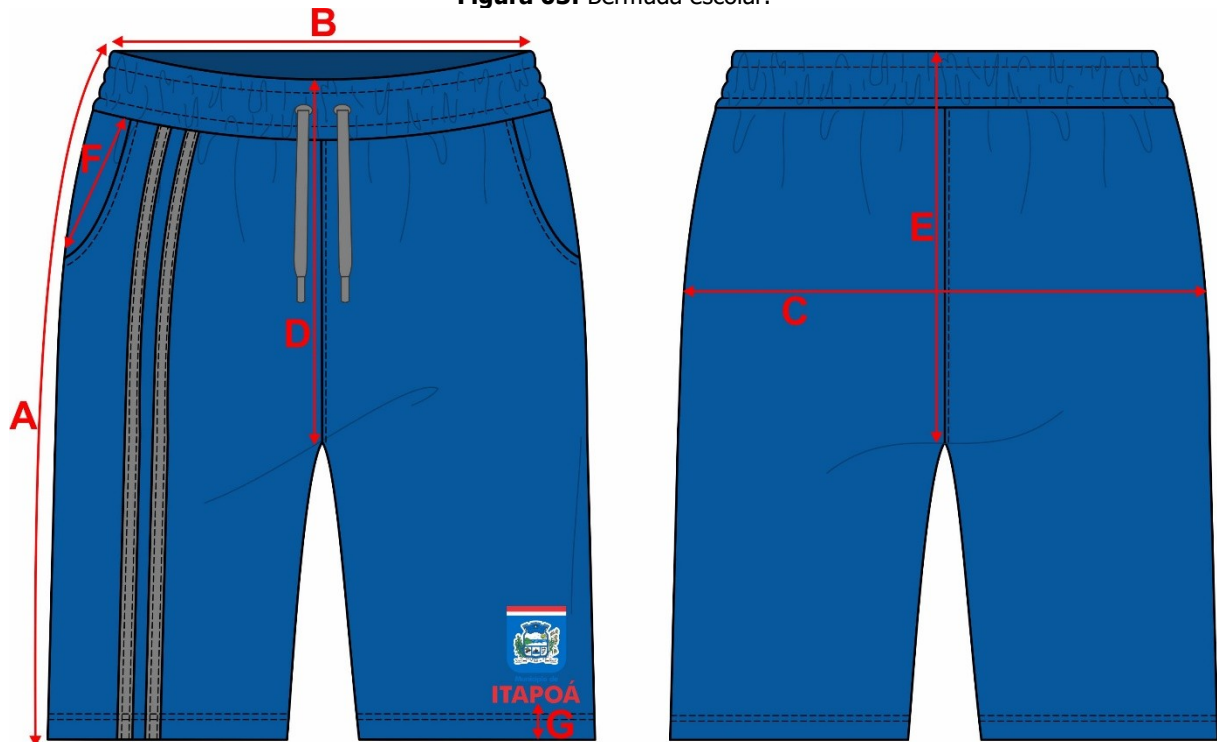


TABELA DE MEDIDAS DO PRODUTO ACABADO - BERMUDA ESCOLAR

TAMANHO	2	4	6	8	10	12	14	16	P	M	G	GG	XG	XGG
A- Comprimento (total)	33	36	39	42	45	48	50	52	54	56	58	60	63	66
B- Largura da cintura	24	25	26	28	30	32	33	34	34	35	36	37	40	42
C- Largura do quadril	36	38	40	42	44	46	48	50	54	56	58	60	62	64
D- Gancho frente (com nós)	23	24	25	27	28	29	30	31	32	33	34	35	36	37
E- Gancho costa (com nós)	26	27	38	30	31	32	33	34	35	36	37	38	39	40
F- Abertura do bolso	10	11	11	11	12	12	13	13	14	14	15	15	16	16
G- Altura da logo em relação a barra	4	4	4	4	4	4	4	4	4	4	4	4	4	4

✚ Medidas em cm

✚ Tolerância nas medidas em até 1cm para +/-.

Especificações dos ensaios

BLUSÃO DE MOLETON			
ENSAIO	NORMA	SOLICITADO	TOLERÂNCIA

COMPOSIÇÃO	NBR 11914/92 NBR 13538/95	50% ALGODÃO 50% POLIÉSTER	+/- 5%
ESTRUTURA	NBR 13462/95	MOLETON	-
GRAMATURA	NBR 10591/08	320 g/m ²	+/- 5%
PILLING MATINDALE	ISO 12945-2:2000	3/4	Mínimo
RESISTÊNCIA AO ESTOURO	NBR 13384/95	≥ 11 Kgf/cm ²	-
SOLIDEZ COR À LAVAGEM DOM.	NBR ISO 105 C06/10 – A1S	MIGRAÇÃO = 4 ALTERAÇÃO = 4	Mínimo
ALTERAÇÃO DIMENSIONAL	NBR 10320/88	6%	Máximo
PANTONE	Procedimento interno		Aproximado

FAIXAS			
ENSAIO	NORMA	SOLICITADO	TOLERÂNCIA
COMPOSIÇÃO	NBR 11914/92 NBR 13538/95	65% POLIÉSTER 35% VISCOSE	+/- 5%
ESTRUTURA	NBR 13462/95	MEIA MALHA	-
GRAMATURA	NBR 10591/08	185 g/m ²	+/- 5%
PANTONE	Procedimento interno	18-4148 TCX	Aproximado

4. CAMISETA ESCOLAR MANGA CURTA

Camiseta modelo manga curta com gola redonda, confeccionada em meia malha PV Anti-piling 65% Poliéster 35% Viscose, com gramatura de 185g/m² na cor cinza mescla semelhante ao Pantone 16-3915 TCX.

Gola dupla em ribana 1x1, canelada 64% Poliéster e 32% Viscose 4% Elastano, gramatura de 260 g/m², medindo 1,5 cm já acabada na parte externa da peça, na cor azul semelhante ao Pantone 18-4148 TCX, gola costurada com máquina galoneira de 2 (duas) agulhas com 4 pontos p/cm bitola 6,4 mm.

Mangas com punhos em ribana 1x1, canelada 64% Poliéster e 32% Viscose 4% Elastano, gramatura de 260 g/m², medindo 1,5 cm já acabada na parte externa da peça, na cor azul semelhante ao Pantone 18-4148 TCX, punhos em viés costuradas com máquina galoneira de 2 (duas) agulhas com 4 pontos p/cm bitola 6,4 mm.

A união das demais partes que formam a peça devem ser costuradas internamente em overloque 4 fios (ponto conjugado) com bitola média de 0,6 cm, com 4 pontos p/cm com linha 100% poliéster – 120, na cor do tecido.

Na frente, do lado esquerdo da jaqueta, centralizado entre o meio do peito e a extremidade da lateral (Cava), deverá ser estampada em Serigrafia o brasão, da logomarca da Prefeitura de Itapoá (posição conforme a 'Figura 04').

A barra do corpo deverão possuir 2 cm de largura costuradas com máquina galoneira de 2 (duas) agulhas com 4 pontos p/cm bitola 6,4 mm.

Obs: Tomar cuidado para que a gola não fique sobrando, deve ficar ajustada ao decote, e deve haver o encontro entre gola traseira e frente na união dos ombros.

Figura 04: Camiseta escolar.

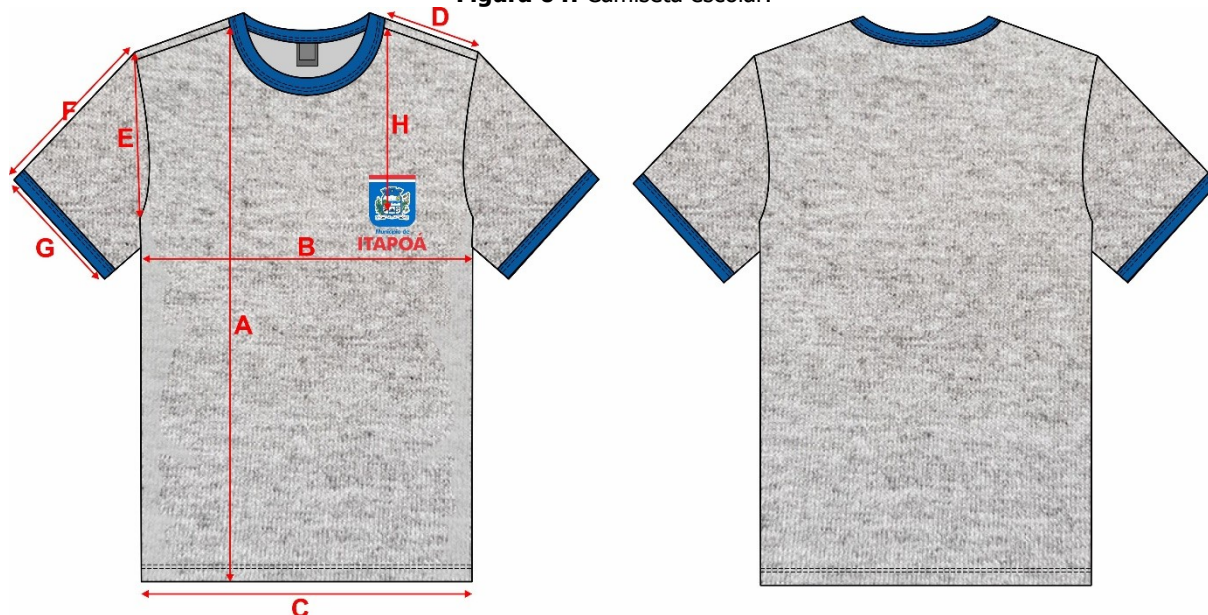


TABELA DE MEDIDAS DO PRODUTO ACABADO - CAMISETA ESCOLAR

TAMANHO	2	4	6	8	10	12	14	16	P	M	G	GG	XG	XGG
A- Comprimento	40	44	48	50	54	56	60	64	68	70	72	74	78	80
B- Largura do tórax	30	34	38	40	42	44	46	50	52	54	56	58	60	62
C- Largura da barra	30	34	38	40	42	44	46	50	52	54	56	58	60	62
D- Ombro	9	9,5	10	10,5	11	11,5	12	12,5	13	14	15	16	17	18
E- Cava reta	14	15	16	17	18	19	20	22	24	25	26	27	28	29
F- Comprimento da manga	14	14,5	15	15,5	16	16,5	17	17,5	19	20	21	22	24	26
G- Boca da manga	12	13	14	15	16	17	18	19	20	21	22	23	25	27
H- Altura da logo a partir do ombro	14	14,5	14,5	15	15	15,5	16,5	16,5	17	17,5	18	18,5	19	19,5

✚ Medidas em cm

✚ Tolerância nas medidas em até 1cm para +/-.

Especificações dos ensaios

CAMISETA ESCOLAR MANGA CURTA			
ENSAIO	NORMA	SOLICITADO	TOLERÂNCIA
COMPOSIÇÃO	NBR 11914/92 NBR 13538/95	65% POLIÉSTER 35% VISCOSE	+/- 5%
ESTRUTURA	NBR 13462/95	MEIA MALHA	-
GRAMATURA	NBR 10591/08	185 g/m ²	+/- 5%
RESISTÊNCIA AO ESTOURO	NBR 13384/95	≥ 11 Kgf/cm ²	-
PILLING MATINDALE	ISO 12945-2:2000	3/4	Mínimo
ALTERAÇÃO DIMENSIONAL	NBR 10320/88	6%	Máximo
PANTONE	Procedimento interno		Aproximado

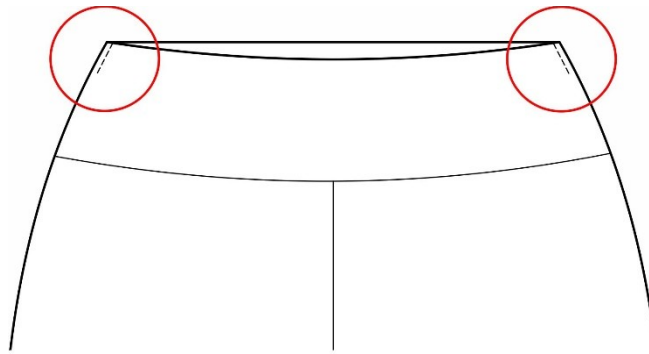
GOLA E PUNHO			
ENSAIO	NORMA	SOLICITADO	TOLERÂNCIA
COMPOSIÇÃO	NBR 11914/92 NBR 11539/95	64% Poliéster 32% Viscose 4% Elastano	+/- 5% Elastano: +/-0,5 pontos percentuais
ESTRUTURA	NBR 13462/95	RIBANA 1 X 1	-
GRAMATURA	NBR 10591/08	260 g/m ²	+/- 5%
PANTONE	Procedimento interno	18-4148 TCX	Aproximado

5. BERMUDA FEMININA

Bermuda feminina confeccionada em suplex careca, na composição 88% poliéster 12% elastano, com gramatura de 320 g/m², na cor azul semelhante ao Pantone 18-4148 TCX.

O Cós duplo, com elástico de 4 cm de largura, a largura do cós conforme a tabela de medidas abaixo. O elástico deve ser aplicado na parte superior interna e preso em máquina reta com 5 pontos p/cm conforme figura 07 abaixo, apenas nas laterais, a costura deve ser feita apenas na largura do elástico, isso deve ser feito para que o elástico não enrole.

Figura 05: Acabamento do cós.



Fechar entrepernas em máquina overloque 4 fios (ponto conjugado) chapa larga com 4 pontos p/cm.

Nas laterais, gancho frente e costas fechadas em máquina overloque 4 fios (ponto conjugado) bitola média de 0,6 cm.

Na perna esquerda da peça, na lateral próximo a bainha (posição conforme a 'Figura 02'), deverá ser estampada em Serigrafia o brasão da Prefeitura de Itapoá.

As barras das pernas devem ser rebatidas com largura de 2,0 cm e costuradas em máquina galoneira de duas agulhas. Com bitola de 6,4 mm.

A união das partes que formam a peça devem ser costuradas com linha 100% poliéster – 120.

Figura 06: Bermuda feminina.

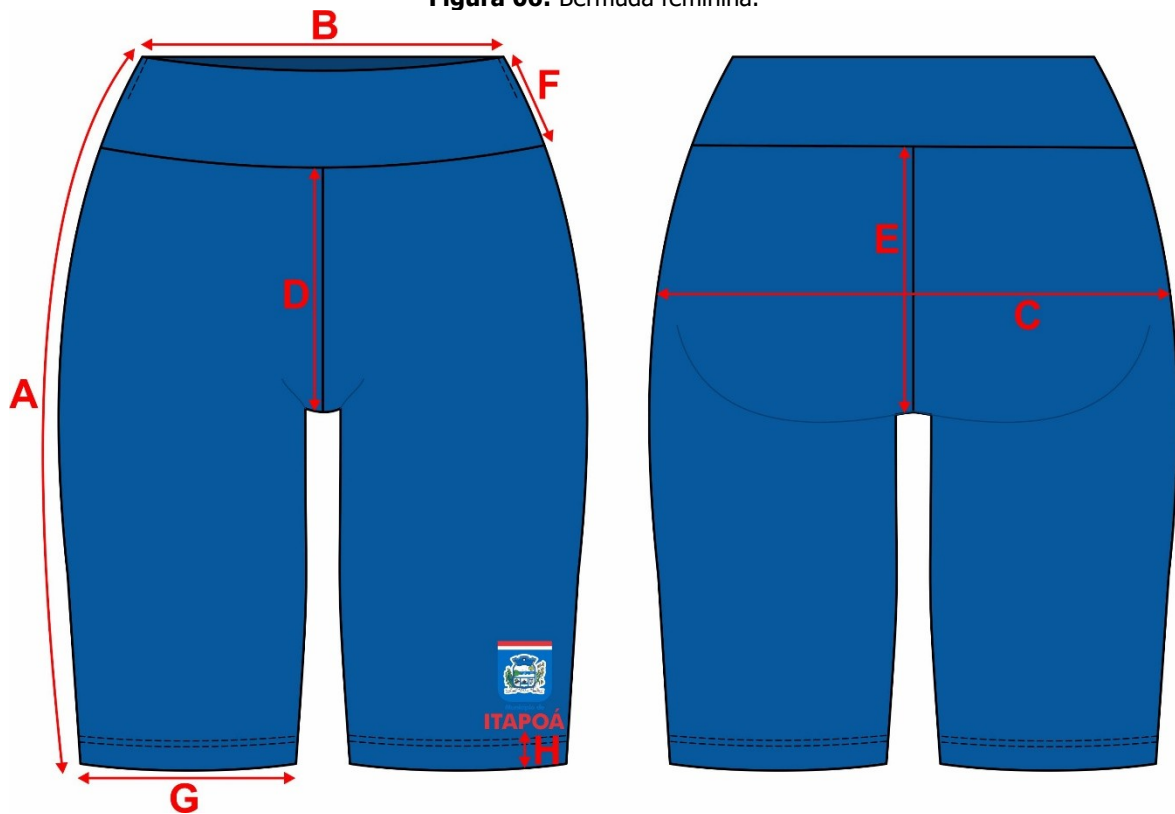


TABELA DE MEDIDAS DO PRODUTO ACABADO – BERMUDA FEMININA

TAMANHO	2	4	6	8	10	12	14	16	P	M	G	GG	XG	XGG
A- Comprimento (total)	28	31	34	37	40	42	44	46	48	50	52	54	54	54
B- Largura da cintura	20	22	24	25	26	27	29	30	32	34	36	38	40	42
C- Largura do quadril	28	30	32	34	36	38	40	42	44	46	48	50	52	54
D- Gancho frente (s/ cóis)	15,5	16,5	17,5	18,5	19,5	20,5	21,5	22,5	23	24	25	26	27	28
E- Gancho costa (s/ cóis)	19,5	20,5	21,5	22,5	23,5	24,5	25,5	26,5	27	28	29	30	31	32
F- Largura do cóis	5	5	5	5	5	5	5	5	7	7	7	7	7	7
G- Abertura da perna	12	13	14	15	16	17	18	19	22	23	24	25	26	27

H- Altura da logo em relação a barra	4	4	4	4	4	4	4	4	4	4	4	4	4	4
--------------------------------------	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---

Medidas em cm

Tolerância nas medidas em até 1cm para +/-.

Especificações dos ensaios

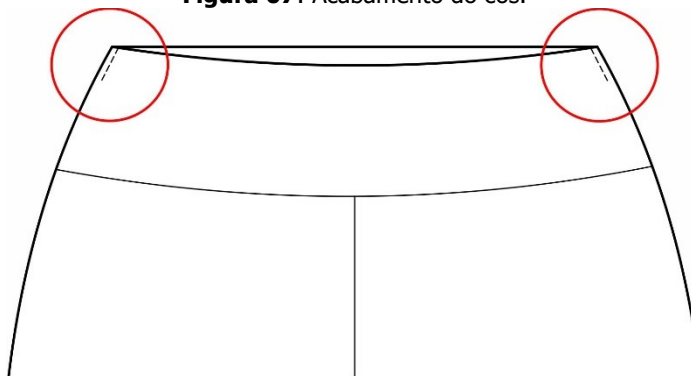
BERMUDA FEMININA			
ENSAIO	NORMA	SOLICITADO	TOLERÂNCIA
COMPOSIÇÃO	NBR 11914/92 NBR 13538/95	88% POLIÉSTER 12% ELASTANO	+/- 5%
GRAMATURA	NBR 10591/08	320 g/m ²	+/- 5%
PILLING MATINDALE	ISO 12945-2:2000 (7.000 CICLOS)	3/4	Mínimo
RESISTÊNCIA AO ESTOURO	NBR 13384/95	≥ 11 Kgf/cm ²	-
SOLIDEZ COR À LAVAGEM DOM.	NBR ISO 105 C06/10 – A1S	MIGRAÇÃO = 4 ALTERAÇÃO = 4	Mínimo
ALTERAÇÃO DIMENSIONAL	NBR 10320/88	+/-6%	Máximo
PANTONE	Procedimento interno	18-4148 TCX	Aproximado

6. CALÇA FEMININA

Calça feminina confeccionada em suplex felpado, na composição 88% poliéster 12% elastano, com gramatura de 320 g/m², na cor azul semelhante ao Pantone 18-4148 TCX.

O Cós duplo, com elástico de 4 cm de largura, a largura do cós conforme a tabela de medidas abaixo. O elástico deve ser aplicado na parte superior interna e preso em máquina reta com 5 pontos p/cm conforme figura 09 abaixo, apenas nas laterais, a costura deve ser feita apenas na largura do elástico, isso deve ser feito para que o elástico não enrole.

Figura 07: Acabamento do cós.



Fechar entrepernas em máquina overlocke 4 fios (ponto conjugado) chapa larga com 4 pontos p/cm.

Nas laterais, gancho frente e costas fechadas em máquina 4 fios (ponto conjugado) bitola média de 0,6 cm.

Na perna esquerda da peça, na lateral (posição conforme a 'Figura 02'), deverá ser estampada em Serigrafia o brasão da Prefeitura de Itapoá.

As barras das pernas devem ser rebatidas com largura de 2,0 cm e costuradas em máquina galoneira de duas agulhas. Com bitola de 6,4 mm.

A união das partes que formam a peça devem ser costuradas com linha 100% poliéster – 120.

Figura 08: Calça feminina.

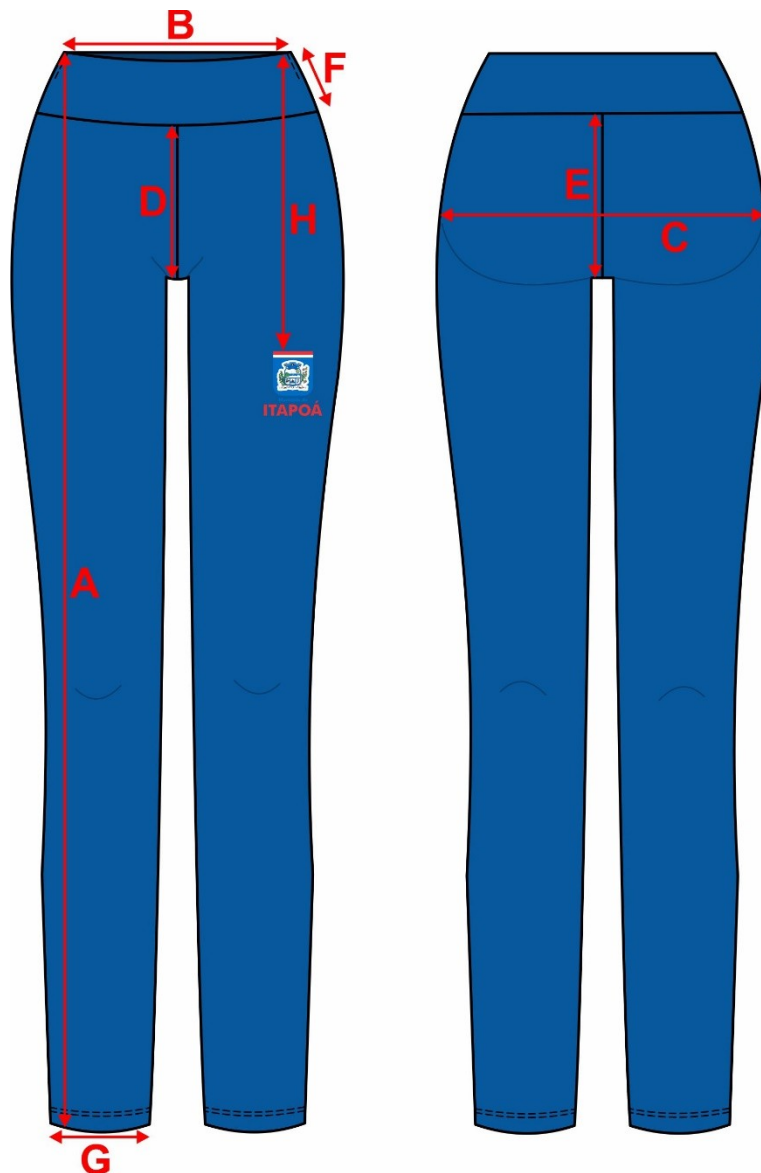


TABELA DE MEDIDAS DO PRODUTO ACABADO – CALÇA FEMININA

TAMANHO	2	4	6	8	10	12	14	16	P	M	G	GG	XG	XGG
A - Comprimento (total)	70	75	80	85	90	95	100	105	106	108	110	112	114	116
B - Largura da cintura	20	22	24	25	26	27	29	30	32	34	36	38	40	42
C - Largura do quadril	28	30	32	34	36	38	40	42	44	46	48	50	52	54
D - Gancho frente (s/ cós)	15,5	16,5	17,5	18,5	19,5	20,5	21,5	22,5	23	24	25	26	27	28
E - Gancho costa (s/ cós)	19,5	20,5	21,5	22,5	23,5	24,5	25,5	26,5	27	28	29	30	31	32
F - Largura do cós	5	5	5	5	5	5	5	5	7	7	7	7	7	7
G - Abertura da perna	14	15	16	17	18	19	20	21	22	22,5	23	23,5	24	24,5
H - Altura da logo em relação a barra	16	17	18	19	20	21	22	22	23	23	24	25	26	27

✚ Medidas em cm

✚ Tolerância nas medidas em até 1cm para +/-.

Especificações dos ensaios

BERMUDA FEMININA			
ENSAIO	NORMA	SOLICITADO	TOLERÂNCIA

COMPOSIÇÃO	NBR 11914/92 NBR 13538/95	88% POLIÉSTER 12% ELASTANO	+/- 5%
GRAMATURA	NBR 10591/08	320 g/m ²	+/- 5%
PILLING MATINDALE	ISO 12945-2:2000 (7.000 CICLOS)	3/4	Mínimo
RESISTÊNCIA AO ESTOURO	NBR 13384/95	≥ 11 Kg/cm ²	-
SOLIDEZ COR À LAVAGEM DOM.	NBR ISO 105 C06/10 – A1S	MIGRAÇÃO = 4 ALTERAÇÃO = 4	Mínimo
ALTERAÇÃO DIMENSIONAL	NBR 10320/88	+/-6%	Máximo
PANTONE	Procedimento interno	18-4148 TCX	Aproximado

SERIGRAFIAS

Todas as serigrafias devem ser padronizadas nos tamanhos e cor. Medida da serigrafia e cores conforme a imagem abaixo:

Figura 11: Logomarca.



ETIQUETA DE INFORMAÇÃO

Duas etiquetas a primeira costurada internamente no decote traseiro de forma centralizada, na etiqueta deve constar as seguintes informações: tamanho do manequim, razão social ou marca registrada do fabricante. Na segunda deve constar identificação fiscal (CNPJ), país de origem. Identificação do nome das fibras ou filamentos têxteis e sua composição em porcentagem, cuidados para conservação do produto na lavanderia doméstica. Exceto nas calças e bermudas, que serão pregadas as duas etiquetas juntas no gancho traseiro.

OBSERVAÇÕES

SERIGRAFIA: A arte da logo será fornecido pela Prefeitura de Itapoá as empresas credenciadas.

Este Termo de Referência foi elaborado pelo Instituto Senai de tecnologia – Textil Vestuário e Design, e aprovado pela Secretaria Municipal de Educação.

SANDRA REGINA FERNANDES DA SILVA
SECRETÁRIA DE EDUCAÇÃO

ELÁSIO FRISANCO
DIRETOR ADMINISTRATIVO



Prefeitura de Itapoá
Secretaria de Administração
Gerência de Compras, Licitações,
Contratos e Almoxarifado.

ANEXO III – DECLARAÇÃO DE HABILITAÇÃO

À
Prefeitura Municipal de Itapoá
Rua Mariana Michels Borges, nº 201
Itapoá (SC)

DECLARAÇÃO DE HABILITAÇÃO

Empresa: _____
Endereço: _____
CNPJ: _____

A empresa acima qualificada **DECLARA**, sob as penas cabíveis, que possui todos os requisitos exigidos no presente Edital, para a habilitação, quanto às condições de qualificação jurídica, técnica, econômico-financeira e regularidade fiscal para participar do **Pregão nº 60/2023, DECLARANDO** ainda, estar ciente que a falta de atendimento a qualquer exigência para habilitação constante do Edital ensejará exclusão do certame e aplicação de penalidades.

_____, ____ de ____ de 2023.

Carimbo, nome e assinatura do representante legal



Prefeitura de Itapoá
Secretaria de Administração
Gerência de Compras, Licitações,
Contratos e Almoxarifado.

ANEXO IV – DECLARAÇÃO DE INEXISTÊNCIA DE FATO IMPEDITIVO

À
Prefeitura Municipal de Itapoá
Rua Mariana Michels Borges, nº 201
Itapoá (SC)

Ref. PREGÃO ELETRÔNICO Nº 60/2023 – REGISTRO DE PREÇO Nº 39/2023 - PROCESSO Nº 92/2023 – OBJETO: Contratação de empresa especializada para confecção e fornecimento dos uniformes, conforme Termo de Referência, para os alunos da Rede Municipal de Ensino de Itapoá/SC.

DECLARAÇÃO DA INEXISTÊNCIA DE FATO IMPEDITIVO

Empresa: _____
Endereço: _____
CNPJ: _____

DECLARAMOS **não haver superveniência impeditiva**, e que não estamos impedidos de participar de licitação em qualquer órgão ou entidade da administração pública direta Federal, Estadual ou Municipal, e de que **estamos cientes** da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores, assinada pelo representante legal da licitante.

_____, ____ de _____ de 2023.

Carimbo, nome e assinatura do representante legal



Prefeitura de Itapoá
Secretaria de Administração
Gerência de Compras, Licitações,
Contratos e Almoxarifado.

ANEXO V – MODELO DECLARAÇÃO DE NÃO EXPLORAÇÃO AO TRABALHO INFANTIL

Razão Social da Empresa _____, inscrita no CNPJ nº _____, por intermédio de seu representante legal Sr. (a): _____, portador (a) da Carteira de Identidade nº _____, CPF nº _____ - **DECLARA**, para fins do disposto no inciso V, do art. 27, da Lei 8.666/93, acrescido pela Lei 9.854, de 27 de outubro de 1999, que **não emprega** menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e **não emprega** menor de dezesseis anos.

Ressalva:

Emprega menor, a partir de quatorze anos, na condição de aprendiz () (Observação :em caso afirmativo ,assinalar a ressalva acima)

_____, ____ de _____ de 2023.

Carimbo da Empresa identificando a Razão Social e CNPJ
e Assinatura do Responsável Legal.



ANEXO VI – DECLARAÇÃO DE MICROEMPRESA OU EMPRESA DE PEQUENO PORTE

À

Prefeitura Municipal de Itapoá
Rua Mariana Michels Borges, nº 201
Itapoá (SC)

REF. PREGÃO ELETRÔNICO Nº 60/2023 – REGISTRO DE PREÇO Nº 39/2023 - PROCESSO Nº 92/2023 – OBJETO: Contratação de empresa especializada para confecção e fornecimento dos uniformes, conforme Termo de Referência, para os alunos da Rede Municipal de Ensino de Itapoá/SC.

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº92/2023.
DECLARAÇÃO DE MICROEMPRESA OU EMPRESA DE PEQUENO PORTE

Empresa: _____
Endereço: _____
CNPJ: _____

Declaramos, para efeito de participação no **Pregão nº 60/2023**, que nossa empresa tem enquadramento como () **MICROEMPRESA** () **EMPRESA DE PEQUENO PORTE** e, que em cumprimento ao § 4º do art. 3º da Lei Complementar nº 123/2006:

- I. Em nosso capital não participa outra pessoa jurídica;
- II. Não somos filial, sucursal, agência ou representação, no País, de pessoa jurídica com sede no exterior;
- III. Não temos no capital pessoa física que seja inscrita como empresário, ou seja, sócia de outra empresa que receba tratamento jurídico diferenciado nos termos desta Lei Complementar 123/2006, em que a receita bruta global ultrapasse o limite de que trata o inciso II do caput do art. 3º da lei acima citada;
- IV. Não temos titular ou sócio que participe com mais de 10% (dez por cento) do capital de outra empresa não beneficiada por esta Lei Complementar, em que a receita bruta global ultrapasse o limite de que trata o inciso II do caput do art. 3º da lei acima citada;
- V. Não possuímos sócio ou titular que seja administrador ou equiparado de outra pessoa jurídica com fins lucrativos, desde que a receita bruta global ultrapasse o limite de que trata o inciso II do caput do art. 3º da lei acima citada;
- VI. A empresa não é constituída sob a forma de cooperativa, (exceção às de consumo);
- VII. Não temos participação em capital de outra pessoa jurídica;
- VIII. Não exercemos atividade de banco comercial, de investimentos e de desenvolvimento, de caixa econômica, de sociedade de crédito, financiamento e investimento ou de crédito imobiliário, de corretora ou de distribuidora de títulos, valores mobiliários e câmbio, de empresa de arrendamento mercantil, de seguros privados e de capitalização ou de previdência complementar;
- IX. A empresa não é resultante ou remanescente de cisão ou qualquer outra forma de desmembramento de pessoa jurídica que tenha ocorrido em um dos 5 (cinco) anos-calendário anteriores;
- X. Não somos constituídos sob a forma de sociedade por ações.

_____, ____ de _____ de 2023.

(Carimbo, nome e assinatura do representante legal)



Prefeitura de Itapoá
Secretaria de Administração
Gerência de Compras, Licitações,
Contratos e Almoxarifado.

**ANEXO VII – DECLARAÇÃO DE QUE OS DOCUMENTOS APRESENTADOS PELO PROPONENTE
CONFEREM COM O ORIGINAL**

À

Prefeitura Municipal de Itapoá
Rua Mariana Michels Borges, nº 201
Itapoá (SC)

DECLARAÇÃO

A empresa _____, inscrita no CNPJ nº _____, por intermédio de seu representante legal o(a) Sr(a) _____, CPF nº _____ - **DECLARA**, que os documentos apresentados de origem não eletrônica, **conferem com seus respectivos originais**, nos termos do que dispõe o art. 3º, § 2º da Lei Federal nº 13.726/2018.

_____, ____ de _____ de 2023.

(Carimbo, nome e assinatura do representante legal)

ANEXO VIII - MINUTA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº ___/2023
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 60/2023
REGISTRO DE PREÇO Nº 39/2023
PROCESSO Nº 92/2023

INTERESSADO: SECRETARIA DE EDUCAÇÃO.

OBJETO: Contratação de empresa especializada para confecção e fornecimento dos uniformes, conforme Termo de Referência, para os alunos da Rede Municipal de Ensino de Itapoá/SC.

Aos ___ dias do mês de _____ do corrente ano de 2023, o Município de Itapoá/SC, devidamente representado e assistido pela Secretaria de Meio Ambiente, aqui denominada, ÓRGÃO GERENCIADOR, através da Secretária de Educação, a Sra. **SANDRA REGINA FERNANDES DA SILVA**, brasileira, casada, portadora do CPF nº 421.955.869-15, RG 2.845.838 SSPSC, residente e domiciliada a Rua João Carlos de Aguiar, nº 808, Princesa do mar, neste Município, e a empresa _____, com sede à Rua _____, nº _____, Bairro: _____, na cidade de _____/_____, CEP: _____, inscrita no CNPJ/MF sob o nº. _____, e Inscrição Estadual n.º _____, representada neste ato pelo _____, Sr. _____, portadora do CPF/MF nº _____, e do CI.RG nº _____, acordam proceder, nos termos nos termos da Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002, do Decreto Municipal nº 877/2009, de 23 de março de 2.009 e do edital do **Pregão nº 60/2023** em epígrafe, ao **Registro de Preços nº 39/2023**, resolvem registrar preço aos itens abaixo discriminados:

CLÁUSULA PRIMEIRA: DO OBJETO

1.1. Contratação de empresa especializada para confecção e fornecimento dos uniformes, conforme Termo de Referência, para os alunos da Rede Municipal de Ensino de Itapoá/SC.

ITEM	DESCRIÇÃO	UN	MARCA	QTDE	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL

PARÁGRAFO ÚNICO – Integra e completa a presente Ata de Registro de Preço para todos os fins de direito, obrigando as partes em todos os seus termos, as condições do Edital e Anexos do Pregão Eletrônico nº 60/2023.

CLÁUSULA SEGUNDA: DA VALIDADE DOS PREÇOS E DA FUTURA CONTRATAÇÃO

2.1. A presente Ata de Registro de Preços terá a validade de **01 (um) ano**, a partir da sua publicação, previsto no art. 15, § 3º inciso III da Lei 8.666/93, Art. 12º do Decreto Federal nº 7.892/2013, acórdão nº 991/2009-TCU.

2.1.1. A vigência dos futuros contratos estará adstrita ao tempo necessário à entrega, ao pagamento do objeto licitado e a vigência do crédito orçamentário, e obedecido os dispostos no art. 12º §2º do Decreto Federal 7.892/2013.

2.2. Durante o prazo de validade desta Ata de Registro de Preços, o Município de Itapoá/SC não será obrigado a adquirir o objeto referido na Cláusula Primeira exclusivamente pelo Sistema de Registro de Preços, podendo fazê-lo através de outra licitação quando julgar conveniente, sem que caiba recurso ou indenização de qualquer espécie às empresas detentoras, ou, cancelar a Ata, na ocorrência de alguma das hipóteses legalmente previstas para tanto, garantidos à detentora, neste caso, o contraditório e a ampla defesa.

CLÁUSULA TERCEIRA: DA UTILIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

3.1. O preço ofertado pelas empresas signatárias da presente Ata de Registro de Preços é o especificado nos Anexos, de acordo com a respectiva classificação no **PREGÃO ELETRÔNICO PARA REGISTRO DE PREÇOS Nº 39/2023**.

3.2. Para cada material de que trata esta Ata, serão observadas, quanto ao preço, às cláusulas e condições constantes do Edital do **PREGÃO ELETRÔNICO PARA REGISTRO DE PREÇOS Nº 39/2023**, que a precedeu e integra o presente instrumento de compromisso.

3.3. O preço unitário a ser pago por produto será o constante da proposta apresentada, no **PREGÃO ELETRÔNICO PARA REGISTRO DE PREÇOS Nº 39/2023**, pelas empresas detentoras da presente Ata, as quais também a integram.

CLÁUSULA QUARTA: DO LOCAL E PRAZO DE ENTREGA

4.1. O objeto deverá ser entregue parceladamente, mediante requisição do Órgão Gerenciador, que automaticamente deverá emitir o empenho do objeto requisitado, que deverá ser entregue no prazo máximo de 30 (trinta) dias corridos, contados do recebimento da solicitação.

CLÁUSULA QUINTA: PRAZOS E CONDIÇÕES PARA CONTRATAÇÃO

5.1. A contratação da(s) licitante(s) vencedora(s) do presente Pregão será representada pela expedição do Contrato, emissão de nota de empenho de despesa, autorização de compra ou outro instrumento similar, conforme o disposto no art. 62 da Lei nº 8.666, de 1993, e Art. 15 do Decreto Federal nº 7.892/2013, e que no qual constará, no

mínimo, identificação da licitação, especificações resumidas do produto licitado, quantitativo, preço unitário e total, fornecedor, local e prazo para entrega dos produtos.

5.2. Convocação para assinatura do Contrato:

5.2.1. Concluído o processo licitatório, homologado o seu resultado e adjudicado o objeto à(s) respectiva(s) concorrente(s) vencedora(s), esta(s) será(ão) convocada(s) por e-mail para, no prazo de **5 (cinco) dias** contados da data da convocação, assinar o Contrato;

5.3. Ao assinar a Ata de Registro de Preços, e eventualmente o contrato de fornecimento, a empresa obriga-se a vender os bens registrados, conforme especificações e condições contidas no edital, em seus anexos e também na proposta apresentada;

5.4. Na oportunidade de assinatura da ata de registro de preços a empresa deverá trazer certidões atualizadas de regularidade fiscal junto aos seguintes órgãos: Prova de regularidade para com a **Fazenda Federal**, Prova de regularidade para com a **Dívida Ativa da União**, Prova de regularidade fiscal para com a **Fazenda Estadual**, Prova de regularidade fiscal para com a **Fazenda Municipal**, do domicílio ou sede da licitante, Prova de regularidade relativa ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço – **FGTS** e Prova de regularidade relativa à **Justiça do Trabalho**, em atendimento ao art. 55, inciso XIII, da Lei 8.666/93.

CLÁUSULA SEXTA: DO PAGAMENTO

6.1. O pagamento será efetivado de acordo com a(s) proposta(s) de preços apresentada(s) pela(s) empresa(s) contratada, observado o que consta neste Edital e seus Anexos, inclusive quanto à forma e condições de pagamento.

6.2. O pagamento será efetivado mediante apresentação da nota fiscal/fatura que deverá ser emitida em nome da Contratante, da qual deverá constar o número desta licitação, acompanhado da liberação da Secretaria Requisitante;

6.3. O pagamento será efetuado até o 10º (décimo) dia após a entrega dos produtos e apresentação da nota fiscal no órgão gerenciador.

6.4. Em caso de atraso no pagamento será aplicado como índice de atualização monetária o INPC – Índice Nacional de Preços de Consumidor.

CLÁUSULA SÉTIMA: DAS CONDIÇÕES DE FORNECIMENTO OU PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS

7.1. A entrega do objeto só estará caracterizada mediante solicitação do pedido do bem, ou do serviço.

7.2. O fornecedor ficará obrigado a atender todos os pedidos efetuados durante a vigência desta Ata, mesmo que a entrega deles decorrente estiver prevista para data posterior à do seu vencimento.

7.3. O objeto deverá ser entregue acompanhado da Nota Fiscal/Fatura Eletrônica correspondente.

7.4. Toda comunicação entre a contratada e o município relacionada com os serviços deverá ser feita por escrito aos gerentes do contrato.

7.5. Os serviços a serem fornecidos deverão estar de acordo com as normas estabelecidas neste edital de licitação e demais órgãos competentes fiscalizadores.

7.6. O fornecedor se obriga a comunicar antecipadamente a data e horário da entrega, não sendo aceito o objeto que estiver em desacordo com as especificações constantes deste instrumento nem quaisquer pleitos de faturamentos extraordinários sob o pretexto de perfeito funcionamento e conclusão do objeto contratado.

CLÁUSULA OITAVA: DAS PENALIDADES

8.1. As sanções e penalidades que poderão ser aplicadas à Licitante/Contratada são as previstas na Lei Federal nº 10.520, de 17 de julho de 2002, na Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993 e alterações posteriores, neste Pregão e no Contrato.

8.2. Penalidades que poderão ser cominadas às licitantes:

I. Multa, que será deduzida dos respectivos créditos, ou cobrados administrativamente ou judicialmente, correspondente a:

a) 0,3% (zero vírgula três por cento) do valor da proposta por dia que exceder ao prazo para prestação dos serviços do objeto;

b) 2,0% (dois por cento) do valor da proposta, pela rescisão sem justo motivo, por parte da proponente vencedora;

c) O montante de multas aplicadas à **CONTRATADA** não poderá ultrapassar a 10,0% (dez por cento) do valor global do Contrato. Caso aconteça, o **MUNICÍPIO** terá o direito de rescindir o Contrato mediante notificação.

II. Suspensão, de acordo com o art. 7º, da Lei Federal nº 10.520, de 17.07.2002, a licitante e/ou Contratada, sem prejuízo das demais cominações legais e contratuais, **ficará impedido de licitar e contratar** com a União, Estados, Distrito Federal ou Municípios e **suspensão** do Cadastro Central de Fornecedores do Município de Itapoá, **pelo prazo de até 05 (cinco) anos**, na hipótese de:

a) recusar-se a retirar a Autorização de Fornecimento ou assinar o contrato, quando convocado dentro do prazo de validade da proposta;

b) deixar de apresentar os documentos discriminados no Edital, tendo declarado que cumpria os requisitos de habilitação;

c) apresentar documentação falsa para participar no certame, conforme registrado em ata, ou demonstrado em procedimento administrativo, mesmo que posterior ao encerramento do certame;

d) retardar a execução do certame por conduta reprovável da licitante, registrada em ata;

e) não manter a proposta após a homologação;

f) desistir de lance verbal realizado na fase de competição;

- g) comportar-se de modo inidôneo durante a realização do certame, registrado em ata;
- h) cometer fraude fiscal demonstrada durante ou após a realização do certame;
- i) fraudar a execução do contrato;
- j) descumprir as obrigações decorrentes do contrato.

8.3. Na aplicação das penalidades previstas neste Edital, a Administração considerará, motivadamente, a gravidade da falta, seus efeitos, bem como os antecedentes da licitante ou Contratada, graduando-as e podendo deixar de aplicá-las, se admitidas as justificativas da licitante ou Contratada, nos termos do que dispõe o art. 87, caput, da Lei nº 8.666/93.

8.4. As penalidades aplicadas serão registradas no cadastro da licitante/Contratada.

8.5. Nenhum pagamento será realizado à Contratada enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação financeira que lhe for imposta em virtude de penalidade ou inadimplência contratual.

8.6. Quando comprovada uma dessas hipóteses, o Município de Itapoá poderá indicar o próximo fornecedor a ser destinado o pedido, sem prejuízo da abertura de processo administrativo para a aplicação de penalidades;

CLÁUSULA NONA: DA ALTERAÇÃO DA ATA

9.1. A Ata de Registro de Preços poderá sofrer alterações, obedecidas às disposições contidas no art. 65 da Lei n.º 8.666/93.

9.2. O preço registrado poderá ser revisto em decorrência de eventual redução daqueles praticados no mercado, ou de fato que eleve o custo dos serviços ou bem registrados, cabendo ao Órgão Gerenciador da Ata promover as necessárias negociações junto aos fornecedores.

9.3. Quando o preço inicialmente registrado, por motivo superveniente, tornar-se superior ao preço praticado no mercado o Órgão Gerenciador deverá:

- a) convocar o fornecedor visando à negociação para redução de preços e sua adequação ao praticado pelo mercado;
- b) frustrada a negociação, o fornecedor será liberado do compromisso assumido;
- c) convocar os demais fornecedores visando igual oportunidade de negociação.

9.4. Quando o preço de mercado tornar-se superior aos preços registrados e o fornecedor, mediante requerimento devidamente comprovado, não puder cumprir o compromisso, o Órgão Gerenciador poderá:

- a) liberar o fornecedor do compromisso assumido, sem aplicação da penalidade, confirmando a veracidade dos motivos e comprovantes apresentados, se a comunicação ocorrer antes do pedido de fornecimento.
- b) convocar os demais fornecedores visando igual oportunidade de negociação

9.5. A alteração da Ata de Registro de Preços dependerá em qualquer caso da comprovação das condições de habilitação atualizadas do fornecedor convocado.

9.6. Não havendo êxito nas negociações, o Órgão Gerenciador deverá proceder à revogação da Ata de Registro de Preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção da contratação mais vantajosa.

CLÁUSULA DÉCIMA: DO REEQUILÍBRIO ECONÔMICO FINANCEIRO

10.1. O restabelecimento do equilíbrio econômico financeiro, revisão, repactuação ou realinhamento contratual será regido conforme art. 65, inciso II alínea "d" da Lei Federal nº 8.666/93, e poderão ser alterados com as devidas justificativas, para restabelecer a relação que as partes pactuarem inicialmente entre os encargos do contratado e a retribuição da Administração para a justa remuneração do serviço, objetivando a manutenção inicial do contrato, mantidas as condições efetivas da proposta, teor do inciso XXI, do art.37, da Constituição Federal. A Administração poderá ampliar a remuneração devida ao contratado proporcionalmente a majoração dos encargos, se verificada e devidamente comprovada, e restaurar a situação originária, de modo que a **CONTRATADA** não arque com encargos mais onerosos e perceba a remuneração contratual originariamente prevista.

10.1.1. Para este restabelecimento de equilíbrio econômico financeiro deverá ocorrer fato imprevisível quanto à sua ocorrência ou quanto as suas consequências; fato estranho as vontades das partes; fato inevitável; fato de causa de desequilíbrio muito grande no contrato – instabilidade econômica governamental.

10.2. O restabelecimento do equilíbrio econômico financeiro, revisão, repactuação ou realinhamento contratual, poderá se dar a qualquer tempo desde que comprovado os pressupostos para sua efetivação.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA: DO CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

11.1. O fornecedor terá seu registro cancelado quando:

- a) descumprir as condições da Ata de Registro de Preços;
- b) não retirar a respectiva nota de empenho ou instrumento equivalente, no prazo estabelecido pela Administração, sem justificativa aceitável;
- c) não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese de este se tornar superior àqueles praticados no mercado;
- d) presentes razões de interesse público.

11.2. O cancelamento de registro, nas hipóteses acima previstas, assegurados o contraditório e ampla defesa, será formalizado por despacho da autoridade competente do Órgão Gerenciador.

11.3. O fornecedor poderá solicitar o cancelamento do seu Registro de Preço na ocorrência de fato superveniente que venha comprometer a perfeita execução contratual, decorrentes de caso fortuito ou de força maior devidamente comprovados.

11.4. A comunicação do cancelamento do preço registrado, nos casos previstos no item nesta cláusula, será feita mediante publicação em imprensa oficial do Município, conforme Decreto Municipal nº 1150/2010.



Prefeitura de Itapoá
Secretaria de Administração
Gerência de Compras, Licitações,
Contratos e Almoxarifado.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA: DA AUTORIZAÇÃO PARA AQUISIÇÃO E EMISSÃO DAS ORDENS DE COMPRA OU SERVIÇO

12.1. As aquisições do objeto da presente Ata de Registro de Preços serão autorizadas, caso a caso, pelo Órgão Gerenciador interessado, através do Diretor Administrativo da Secretaria de Educação, Sr. **ELÁSIO FRISANCO**, portador do CPF nº 019.543.229-09, ou outro servidor técnico do município no ato designado, nos termos do art. 67 da Lei nº 8.666/93.

12.2. O recebimento, a aceitação e a fiscalização do objeto deste contrato serão realizados pelo Órgão Gerenciador, através da fiscal supra denominada, ou pessoa designada pelo CONTRATANTE, sendo a mesma realizada, individual ou conjuntamente, para todos os efeitos;

12.2.1. Cumprido o objetivo, os produtos serão recebidos definitivamente, pela área gestora da ata de registro de preço/ e ou contrato, mediante termo circunstanciado (termo de recebimento) assinado pelas partes, após decurso do prazo de observação ou vistoria que comprove a adequação do objeto aos termos contratuais, observado o disposto no artigo 69, combinado com o inciso I, artigo 73 da lei no 8666/93.

12.3. A verificação e a confirmação da efetiva realização dos serviços contratados serão feitas mediante registro pelo MUNICÍPIO em boletim de inspeção, com ciência da contratada, elaborado pelo fiscal de contrato, que identificará, quando for o caso, para efeito de glosa de faturas, as irregularidades cometidas durante a execução dos serviços.

12.4. Caso o objeto recebido não atenda as especificações estipuladas nesta ata de registro de preço e no respectivo processo licitatório, ou ainda, não atenda a finalidade que dele naturalmente se espera, o órgão responsável pelo recebimento expedirá ofício à DETENTORA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO/CONTRATADA (O), comunicando e justificando as razões da recusa e ainda notificando-a a sanar o problema no prazo máximo de 03 (três) dias corridos, independentemente da aplicação das penalidades cabíveis.

12.5. Decorrido o prazo estipulado na notificação, sem que tenha sido sanado o problema, o órgão solicitante dará ciência à Procuradoria Jurídica Municipal, através de Comunicação Interna – C.I, a fim de que se proceda a devida instauração procedimental, de acordo com as normas contidas na Lei 8.666/93 e alterações, para aplicação das penalidades previstas neste edital e no presente contrato.

12.6. A fiscalização por parte do município não exime a contratada de sua responsabilidade quanto à perfeita execução dos serviços e a observância a todos os preceitos de boa técnica e qualidade.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA: DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

13.1. As questões decorrentes da utilização da presente ata, que não possam ser dirimidas administrativamente, serão processadas e julgadas na Justiça Estadual, no Foro da Cidade de Itapoá - SC, com exclusão de qualquer outro por mais privilegiado que seja, ou venha se tornar.

13.2. E, por estarem assim justos e acordados, assinam a presente juntamente com as testemunhas nominadas.

Itapoá, ___ de _____ de 2023.

ÓRGÃO REGISTRANTE
MUNICÍPIO DE ITAPOÁ/SC
SANDRA REGINA FERNANDES DA SILVA
SECRETÁRIA DE EDUCAÇÃO

FORNECEDOR REGISTRADO

Fiscais do órgão gerenciador:

ELÁSIO FRISANCO
DIRETOR ADMINISTRATIVO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO

Testemunhas:

NOME:
CPF/MF:

NOME:
CPF/MF:

ANEXO IX – MINUTA DO CONTRATO ADMINISTRATIVO

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº ____/2023
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 60/2023
REGISTRO DE PREÇO Nº 39/2023
PROCESSO Nº 92/2023

Pelo presente instrumento particular que, entre si celebram, de um lado o **MUNICÍPIO DE ITAPOÁ**, inscrito no CNPJ/MF sob nº 81.140.303/0001-01, com sede a Rua Mariana Michels Borges nº 201, neste Município, aqui denominada **CONTRATANTE**, neste ato representada pela Secretaria de Educação, aqui denominada, **ÓRGÃO GERENCIADOR**, através do Secretária de Educação, a Sra. **SANDRA REGINA FERNANDES DA SILVA**, brasileira, casada, portadora do CPF nº 421.955.869-15, RG 2.845.838 SSPSC, residente e domiciliada a Rua João Carlos de Aguiar, nº 808, Princesa do mar, neste Município, e de outro lado a Empresa _____, com sede á Rua _____, nº ____ – sala nº __, Bairro: _____, na cidade de _____/_____, inscrita no CNPJ/MF sob o nº. _____ e Inscrição Estadual nº _____, representada neste ato pelo sócio administrador Sr. _____, portador do CPF/MF nº _____ e do CI.RG nº _____, aqui denominada **CONTRATADA**, ajustam a **Contratação de empresa especializada para confecção e fornecimento dos uniformes, conforme Termo de Referência, para os alunos da Rede Municipal de Ensino de Itapoá/SC**, e em conformidade com a autorização contida no processo licitatório na modalidade **PREGÃO ELETRÔNICO Nº 03/2023 - REGISTRO DE PREÇOS Nº 02/2023 - PROCESSO Nº 04/2023** de acordo com a Lei Federal nº 10.520/2002, da Lei Federal nº 8.666/93, alterada pela Lei Federal 8.883/94, e Lei Federal nº 8.078/90 e pelas especificações e condições contidas nas cláusulas que seguem:

CLÁUSULA PRIMEIRA: DO OBJETO

1.1. Contratação de empresa especializada para confecção e fornecimento dos uniformes, conforme Termo de Referência, para os alunos da Rede Municipal de Ensino de Itapoá/SC.

ITEM	DESCRIÇÃO	UN	QTD E	VALOR MÁX. UNITÁRIO	VALOR MÁX. TOTAL

CLÁUSULA SEGUNDA: DO PRAZO

2.1. O contrato iniciará na data da assinatura, e o seu término está condicionado à entrega total do objeto ou até 31/12/2023. A disponibilidade dos produtos será conforme solicitação e indicação apresentada pela Secretaria de Educação, devendo ser entregues conforme ORDEM DE COMPRA em até 30 (trinta) dias corridos.

CLÁUSULA TERCEIRA: DO PREÇO

3.1. O preço total para o fornecimento do objeto deste contrato é o apresentado na proposta da **CONTRATADA**, devidamente aprovado pela **CONTRATANTE**, o qual para efeitos financeiros, fiscais e orçamentários, totaliza o valor de **R\$ _____ (_____)**.

3.2. Os preços serão fixos e irrevogáveis, pelo período de 12 (doze) meses, sendo vedado qualquer tipo de reajuste com periodicidade inferior a tal período, de acordo com a Lei n 10.192/2001.

CLÁUSULA QUARTA: DAS CONDIÇÕES E FORMA DE PAGAMENTO

4.1. Para fins de controle de consumo e orçamentário, a **CONTRATADA** encaminhará a **CONTRATANTE**, a Nota Fiscal eletrônica, sendo que o pagamento será efetuado até o 10º (décimo) dia útil posterior à data de apresentação da Nota Fiscal eletrônica e entrega do objeto.

CLÁUSULA QUINTA: DOS RECURSOS PARA ATENDER ÀS DESPESAS

5.1. As despesas decorrentes da presente licitação correrão por conta das dotações orçamentárias:

Descrição	Cód.	Órgão	Unid	Função	Subfunção	Programa	Proj/Ativ.	FR	Subelemento
Educação	580	13	001	12	361	21	2095	3299	1500100010100
Educação	618	13	002	12	365	21	2098	3299	150010010200
Educação	619	13	002	12	365	21	2098	3299	150010010500

CLÁUSULA SEXTA: DAS RESPONSABILIDADES

6.1. A **CONTRATADA** é a responsável direta pela EXECUÇÃO do objeto deste contrato, respondendo civil e criminalmente por todos os danos e prejuízos que venha, direta ou indiretamente, provocar ou causar para a **CONTRATANTE** ou para terceiros até a entrega do objeto.

6.2. A **CONTRATADA** é também responsável por quaisquer diferenças, erros ou omissões na entrega do produto, inclusive no ato da entrega.

6.3. Não existirá qualquer vínculo contratual entre eventuais subcontratadas e a **CONTRATANTE**, perante a qual a única responsável pelo cumprimento deste contrato, será sempre a **CONTRATADA**.

6.4. Os objetos entregues deverão estar de acordo com as normas estabelecidas neste edital de licitação e órgãos competentes fiscalizadores.

6.5. A **CONTRATADA** se obriga a comunicar antecipadamente a data e horário da entrega, não sendo aceito o objeto que estiver em desacordo com as especificações constantes deste instrumento nem quaisquer pleitos de faturamentos extraordinários sob o pretexto de perfeito funcionamento e conclusão do objeto contratado.

6.6. Somente poderá celebrar contrato ou instrumento equivalente com o Município de Itapoá, o adjudicatário **CONTRATADA** que, nos termos do parágrafo 3º do Art. 195 da Constituição Federal, comprove até a data da contratação, estar regular perante a Previdência Social (INSS) e ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), as esferas Federais, Estaduais, Municipais, e Justiça do Trabalho mediante, respectivamente, a apresentação, em original ou cópia autenticada, da Certidão Negativa de Débito – CND, em vigor.

CLÁUSULA SÉTIMA: DAS PENALIDADES

7.1. O fornecimento do (OBJETO) fora das suas características originais, ocasionará a incidência de multa de 10% (dez por cento) sobre o valor do produto fornecido, pois nessa situação a desconformidade de especificações equivalerá ao não fornecimento.

7.2. As eventuais multas aplicadas não eximem a **CONTRATADA** da reparação de possíveis danos, perdas ou prejuízos que os seus atos venham a acarretar, nem impedem a declaração de rescisão do pacto em apreço.

7.3. Os valores pertinentes às multas aplicadas serão descontados dos créditos a que a **CONTRATADA** tiver direito.

7.4. A não assinatura do contrato, por parte da **CONTRATADA** em qualquer motivo, dentro do prazo fixado, implicará em eliminação, além da incidência de multa de 2,0% (dois por cento) do valor estimado do contrato, sem prejuízo das demais sanções previstas no art. 81, da Lei 8.666/93.

7.5. A **CONTRATANTE** através da Secretaria de Administração da Prefeitura Municipal de Itapoá, convocará a licitante vencedora para assinar o Contrato, no prazo de 5 (cinco) dias úteis a contar do recebimento da convocação, sob pena de decair do direito a contratação, sem prejuízo das sanções previstas no artigo 81, da Lei 8.666/93;

7.6. A recusa injustificada da adjudicatária em assinar o Contrato, conforme estabelecido no subitem anterior, caracteriza o descumprimento total da obrigação assumida, sujeitando-o às penalidades a que se refere a Lei 8.666/93;

7.7. Compete a **CONTRATANTE** efetuar o pagamento devido a **CONTRATADA** de forma regular e pontual, mas se incorrer em atrasos fica estipulada a multa de 1,0% (um por cento) se exceder o prazo fixado, calculado sobre a fatura.

7.7.1. A correção monetária será pelo INPC (IBGE), ou por outro índice oficial que venha a substituí-lo em caso de extinção.

CLÁUSULA OITAVA: DO REEQUILÍBRIO ECONÔMICO FINANCEIRO

8.1. O restabelecimento do equilíbrio econômico financeiro, revisão, repactuação ou realinhamento contratual será regido conforme art. 65, inciso II alínea "d" da Lei Federal nº 8.666/93, e poderão ser alterados com as devidas justificativas, para restabelecer a relação que as partes pactuarem inicialmente entre os encargos do contratado e a retribuição da Administração para a justa remuneração do serviço, objetivando a manutenção inicial do contrato, mantidas as condições efetivas da proposta, teor do inciso XXI, do art. 37, da Constituição Federal. A Administração poderá ampliar a remuneração devida ao contratado proporcionalmente a majoração dos encargos, se verificada e devidamente comprovada, e restaurar a situação originária, de modo que a **CONTRATADA** não arque com encargos mais onerosos e perceba a remuneração contratual originariamente prevista.

8.1.1. Para este restabelecimento de equilíbrio econômico financeiro deverá ocorrer fato imprevisível quanto à sua ocorrência ou quanto as suas consequências; fato estranho as vontades das partes; fato inevitável; fato de causa de desequilíbrio muito grande no contrato – instabilidade econômica governamental.

8.2. O restabelecimento do equilíbrio econômico financeiro, revisão, repactuação ou realinhamento contratual, poderá se dar a qualquer tempo desde que comprovado os pressupostos para sua efetivação.

CLÁUSULA NONA: DA RESCISÃO E ALTERAÇÃO CONTRATUAL

9.1. A rescisão contratual pode ser:

a) Determinada por ato unilateral e escrito da **CONTRATANTE**, nos casos enumerados nos incisos I a XII e XVIII do art. 78 da Lei 8.666/93;

b) Amigável, por acordo entre as partes, mediante autorização escrita e fundamentada da autoridade competente, reduzida a termo no processo licitatório, desde que haja conveniência da **CONTRATANTE**;

c) A inexecução total ou parcial deste contrato, além de ocasionar a aplicação das penalidades anteriormente enunciadas, ensejará também a sua rescisão, desde que ocorram quaisquer motivos enumerados no art. 78 e acarretará também as consequências previstas no art. 80, incisos I a IV, ambos da Lei 8.666/93;

d) Em caso de rescisão prevista nos incisos XII a XVII do art. 78 da Lei 8.666/93, sem que haja culpa da **CONTRATADA**, será esta ressarcida dos prejuízos regulamentares comprovados, quando houver sofrido;

9.2. Sem prejuízo de quaisquer sanções aplicáveis, a critério da **CONTRATANTE**, a rescisão importará em multa de 10% (dez) por cento do valor estimado do contrato.

a) Aplicação de pena de suspensão do direito de licitar com a **CONTRATANTE** e seus órgãos descentralizados, pelo prazo de até 02 (dois) anos;

b) Declaração de inidoneidade quando a **CONTRATADA**, sem justa causa, não cumprir as obrigações assumidas, praticando falta grave, dolosa ou revestida de má-fé, a juízo da **CONTRATANTE**. A pena de inidoneidade será aplicada em

despacho fundamentado, assegurada a defesa à infratora, ponderada a natureza, a gravidade da falta e a extensão do dano efetivo ou potencial.

9.3. A alteração do contrato dar-se-á nos termos do artigo 65, seus incisos e parágrafos da Lei 8.666/93.

CLÁUSULA DÉCIMA: DA FISCALIZAÇÃO E DO RECEBIMENTO

10.1. O recebimento, a aceitação e a fiscalização do objeto deste contrato serão realizados pela Secretaria de Educação, através de fiscal, Diretor Administrativo, Sr. **ELÁSIO FRISANCO**, CPF nº 019.543.229-09, e os gestores de cada Unidade Escolar, designados em portaria específica, impreterivelmente apenas aos autos do processo, ou outro servidor técnico do município no ato designado, nos termos do art. 67 da Lei nº 8.666/93.

10.2. A verificação e a confirmação da efetiva realização do objeto contratado serão feitas mediante registro pelo MUNICÍPIO em boletim de inspeção nos termos da letra "b" inciso II do Art. 73, da Lei nº 8.666/93, com ciência da contratada, elaborado pelo fiscal de contrato, que identificará, quando for o caso, para efeito de glosa de fatura, a irregularidade cometida durante a entrega do objeto.

10.3. Caso o objeto recebido não atenda as especificações estipuladas neste Contrato e no respectivo processo licitatório, ou ainda, não atenda a finalidade que dele naturalmente se espera, o órgão responsável pelo recebimento expedirá ofício à **CONTRATADA**, comunicando e justificando as razões da recusa e ainda notificando-a a sanar o problema no prazo máximo de 03 (três) dias corridos, independentemente da aplicação das penalidades cabíveis, ou devolver o objeto no ato do recebimento.

10.4. Decorrido o prazo estipulado na notificação, sem que tenha sido sanado o problema, o órgão solicitante dará ciência à Procuradoria Jurídica Municipal, através de Comunicação Interna – C.I, a fim de que se proceda a devida instauração procedimental, de acordo com as normas contidas na Lei 8.666/93 e alterações, para aplicação das penalidades previstas neste edital e no presente contrato.

10.5. A fiscalização por parte do município não exime a contratada de sua responsabilidade quanto à perfeita execução dos serviços e a observância a todos os preceitos de boa técnica.

10.6. Toda comunicação entre a contratada e o município relacionada com os serviços deverá ser feita por escrito aos gerentes do contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA: DAS NORMAS E PRECEITOS COMPLEMENTARES

10.1. Aplicam-se à execução deste contrato e aos casos omissos as normas da Lei nº 8.666, de 21.06.93, atualizada pelas Leis nºs. 8.883 de 08.06.94 e 9.648 de 27.05.98, os preceitos de direito público, os princípios da teoria geral dos contratos e as disposições de direito privado.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA: DO FORO

10.2. Para dirimir questões decorrentes deste contrato, fica eleito o Foro da Comarca de Itapoá, com renúncia expressa a qualquer outro por mais privilegiado que seja ou venha a se tornar.

E, por estarem assim justos e contratados, assinam o presente juntamente com as testemunhas nominadas.

Itapoá, __ de _____ 2023.

CONTRATANTE
MUNICÍPIO DE ITAPOÁ/SC
SANDRA REGINA FERNANDES DA SILVA
SECRETÁRIA DE EDUCAÇÃO

CONTRATADA

Fiscais do Contrato:

ELÁSIO FRISANCO
DIRETOR ADMINISTRATIVO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO

Testemunhas:

NOME:
CPF/MF:

NOME:
CPF/MF:



Prefeitura de Itapoá
Secretaria de Administração
Gerência de Compras, Licitações,
Contratos e Almoxarifado.

ANEXO X – MODELO DE ENTREGA DE AMOSTRAS

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 60/2023
REGISTRO DE PREÇO Nº 39/2023
PROCESSO Nº 92/2023

IDENTIFICAÇÃO DO FORNECEDOR:

Razão Social/Nome:

Endereço:

CNPJ/CPF/MF:

À

Secretaria de Educação – Itapoá/SC

Local e data

Item (ns)	Especificação (nome do item)	Unidade	Quantidade*	Marca

*Quantidade entregue (amostras)

Dados do Representante Legal da Empresa:

Nome:

CPF:

Cargo/Função:
Assinatura/Carimbo